



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CURVELO-MG P6 :: SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 071/2016

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CURVELO, JUNTAMENTE COM A REGULAMENTAÇÃO DA LEI E ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA DE SEUS INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES (LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, CÓDIGO DE POSTURAS E REGULAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA, CÓDIGO DE OBRAS, LEI DO PERÍMETRO URBANO E CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE).

PREFEITURA MUNICIPAL CURVELO

Prefeito – Maurílio Soares Guimarães

Vice-Prefeito – Marcos Dupim Mattoso

GESTÃO DO CONTRATO

Vânia Maria Macedo Napoleão - SEPLAN

GRUPO PERMANENTE DE DISCUSSÃO – GPD

REPRESENTANTES DO PODER JUDICIÁRIO MUNICIPAL

Maria Eunice Ascendino França (Coordenadora Geral)

Adriane Lopes Diniz

REPRESENTANTES DO SETOR TÉCNICO

Aline Esteves Alves

Danuz de Matos Figueiredo Mendes

Nayane Miranda Silva

Patrícia Costa Gonçalves

Valdênia Coimbra Mourthé

João Alves da Fonseca Filho

Saint Clair Alves Júnior

Rafaela Matoso Souza

Warley Oliveira de Freitas

Diego Diniz Maia

CONSULTORIA CONTRATADA

MYR Projetos Sustentáveis

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Coordenação Geral – Sérgio Myssior (Arquiteto, Esp.)

Coordenação Executiva – Michel Jeber Hamdan (Geógrafo, Esp.)

Arquitetura e Urbanismo, Uso do Solo, Turismo, Esporte e Lazer, Habitação e Patrimônio Cultural:

Sérgio Myssior

Cláudia Teresa Pereira Pires

Geoprocessamento:

Michel Jeber Hamdan

João Paulo Porto Melasipo

Raquel Oliveira Silva

Pablo Mendes de Souza

Meio Ambiente, Saneamento e Infraestrutura:

Thiago Igor Ferreira Metzker

Michel Jeber Hamdan

João Paulo Porto Melasipo

Demografia, Políticas Sociais, Econômicas e de Desenvolvimento:

Marina Guimarães Paes de Barros

Ordenamento Jurídico Municipal:

Adriana Silveira Lafetá

Gustavo Eugênio Maciel Rocha

Priscila de Almeida Afonso



SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

BELO HORIZONTE
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

MYR Projetos Sustentáveis

Plano Diretor Municipal de Curvelo, Revisão – 2016/2017. Síntese das Leituras Técnica e Comunitária. – R12

Nº de páginas: 73

Palavra-chave: 1. Plano Diretor 2. Síntese das Leituras; 3. Curvelo.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

EMPRESA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELO
CNPJ:	17.695.024/0001-05
RESPONSÁVEL:	Maria Eunice Ascendino França
TELEFAX:	(38) 3722-3257
ENDEREÇO:	Av. Dom Pedro II, n. 487 – B. Centro. Curvelo - MG
E-MAIL:	licitacao@curvelo.mg.gov.br

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA

EMPRESA:	MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS
CNPJ:	05.945.444/0001-13
RESPONSÁVEL:	Sérgio Myssior
TELEFAX:	(31) 3245-6141 / (31) 2555-0880
ENDEREÇO:	Rua Centauro, nº 231 / 6º andar – B. Santa Lúcia. Belo Horizonte - MG
E-MAIL:	gerentes@myrprojetos.com.br curvelo@myrprojetos.com.br

SUMÁRIO

1 - INFORMAÇÕES GERAIS	VI
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.....	VI
1.2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA	VI
SUMÁRIO	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS	IX
2 - APRESENTAÇÃO GERAL	10
3 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS:	
SÍNTESE	13
3.1 METODOLOGIA.....	13
3.2 SÍNTESE E ANÁLISE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....	15
3.2.1 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	15
3.2.2 CULTURA, LAZER E TURISMO	31
3.2.3 SAÚDE	40
3.2.4 EDUCAÇÃO	42
3.2.5 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	45
3.2.6 ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	49
3.2.7 MOBILIDADE	53
3.2.8 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E HABITAÇÃO	59
3.2.9 NORMAS E LEIS	64
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	18
FIGURA 2. ÁREAS DESTACADAS PELA IMPORTÂNCIA AMBIENTAL NA ÁREA URBANA DE CURVELO E ENTORNO.....	20
FIGURA 3. MAPA DA HIDROGRAFIA SUPERFICIAL DO MUNICÍPIO DE CURVELO.....	22
FIGURA 4. VISTA PARCIAL DA ENTRADA DO ATERRO MUNICIPAL. FONTE: EMS, 2015.	25
FIGURA 5. ÁREA DO ATERRO MUNICIPAL, COM CANALETAS DE DRENO. FONTE: EMS, 2015.....	25
FIGURA 6. VISTA AÉREA DA ETE MUNICIPAL SITUADA A LESTE DA SEDE DE CURVELO.	29
FIGURA 7. CINE TEATRO VIRGINIA.....	34
FIGURA 8. ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	34
FIGURA 9. CAPELA N. S. DO LIVRAMENTO.....	34
FIGURA 10. LAPA DOS MOSQUITOS.....	34
FIGURA 11. MAPA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DO DISTRITO SEDE.	35
FIGURA 12. IGREJAS SITUADAS EM SANTA RITA DO CEDRO COM POTENCIAL PARA PRESERVAÇÃO.	38
FIGURA 13. MAPA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA SEDE DO MUNICÍPIO.	43
FIGURA 14. PRODUTO INTERNO BRUTO - 2000-2011 (EM R\$ MILHÕES).....	49
FIGURA 15. PRODUTO INTERNO BRUTO - 2013.....	50
FIGURA 16. VALOR ADICIONADO POR SETOR 2000-2011 (EM %)	50
FIGURA 17. CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS - ESTABELECIMENTOS POR PORTE 2012 ..	51
FIGURA 18. MAPA DE PRINCIPAIS ACESSOS.....	54
FIGURA 19. ÔNIBUS DA VIAÇÃO SERTANEJA, USADO NO TRANSPORTE COLETIVO EM CURVELO.....	57
FIGURA 20. MAPA SÍNTESE DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CURVELO	71
FIGURA 21. MAPA SÍNTESE DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CURVELO.....	72

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DOS POÇOS PROFUNDOS DE CAPTAÇÃO DA SEDE DE CURVELO.....	27
QUADRO 2 - ANÁLISE INTEGRADA DO ORDENAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO DE CURVELO.....	66

2 - APRESENTAÇÃO GERAL

A Lei Municipal Complementar nº 57 de 10 de outubro de 2006 instituiu o Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do Município de Curvelo, que teve como diretriz orientadora e definidora a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001 - que orienta a política urbana em todo o país, buscando garantir a todos o Direito à Cidade, definiu regras para a organização do território municipal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Segundo o Estatuto da Cidade, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Já o Plano Diretor, parte integrante do processo de planejamento municipal, é a lei municipal criada para organizar o crescimento e o desenvolvimento do Município, planejando o futuro da cidade, tanto para as áreas urbanas como para as áreas rurais.

O Plano Diretor é obrigatório para os municípios que possuem as seguintes características:

- Possuem mais de 20 mil habitantes;
- Fazem parte de regiões metropolitanas;
- São turísticos;
- Sofrem impactos causados por grandes obras que colocam o meio ambiente em risco, como rodovias, barragens, hidrelétricas, aeroportos, indústrias.

Neste contexto, o Município de Curvelo se enquadra principalmente por apresentar mais de 70 mil habitantes e possuir uma importante malha rodoviária.

Para a elaboração do Plano Diretor Estratégico em 2006, o Município realizou uma ação conjunta de diferentes atores sociais e políticos, incluindo participação de equipe especializada e participação direta da população.

Ressalta-se que o Estatuto da Cidade determina ainda que o Plano Diretor deve ser revisado no prazo máximo de 10 anos. Assim, o Plano Diretor Estratégico de Curvelo encontra-se no tempo hábil para realização de sua revisão. Vale destacar que essa revisão é necessária, pois o Município, como tantos outros, precisa se enquadrar nas constantes modificações que ocorrem nas ordens sociais, políticas, ambientais, econômicas e vocacionais.

Esses processos de mudanças dinâmicas, legais e urbano ambientais demandam uma abordagem que promova a revisão do Plano Diretor Estratégico tanto de forma técnica quanto de forma participativa, através das leituras técnica e comunitária. Cabe destacar a necessidade de se garantir a gestão democrática da cidade, utilizando-se de instrumentos participativos, tais como debates, audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano, órgãos colegiados de política urbana, dentre outros.

Desta maneira, por meio de processo licitatório, a Prefeitura Municipal de Curvelo firmou com a MYR Projetos Sustentáveis, em maio de 2016 o contrato de prestação de serviços nº. 071/2016. Como resultado são esperados os seguintes produtos:

1. Criação do “Espaço Plano Diretor”*;
2. Audiência Pública de lançamento da revisão do Plano Diretor e criação de Equipe Técnica*;
3. Capacitação da Equipe Técnica*;
4. Leitura Técnica: levantamentos e diagnóstico;
5. Leitura Comunitária: concertação;
- 6. Síntese das leituras Técnica e Comunitária;**
7. Plano Diretor;

8. Audiência Pública para Apresentação da Revisão do Plano Diretor;
9. Projeto de Lei;
10. Revisão da Lei de Parcelamento do Solo;
11. Elaboração ou revisão do Código de Edificações e Obras;
12. Elaboração ou revisão do Código de Posturas e Regulamentos Administrativos;
13. Elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente.

Dentre todos os produtos descritos anteriormente, o presente relatório trata especificamente do **produto 6**, denominado “**Síntese das Leituras Técnica e Comunitária**”.

3 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS: SÍNTESE

Dando continuidade à elaboração da revisão do Plano Diretor, ora em curso, o município realizou uma ação conjunta para a reunião e participação de diferentes atores sociais e políticos, incluindo a participação de equipe especializada e também a participação direta da população.

O produto denominado **“Síntese das Leituras Técnica e Comunitária”** representa um resumo executivo a partir da análise e do cruzamento de dados e informações dos seguintes produtos, anteriormente concluídos:

- relatório da Leitura Técnica: diagnóstico municipal (Produto 4) e;
- as informações obtidas durante a Leitura Comunitária Participativa: concertação (Produto 5).

Com isso, pretende-se oferecer um entendimento resumido daquilo que foi objeto de desenvolvimento dos trabalhos nas etapas anteriores (leituras técnica e comunitária), demarcando encerramento de uma importante etapa do processo. Daí em diante, nos próximos produtos, os atores partícipes do processo elaborarão propostas para a etapa de prognósticos do Plano Diretor Municipal, culminando com a elaboração do Plano Diretor propriamente dito e os demais instrumentos, perfazendo, portanto, os produtos 7 a 13 do termo de referência.

3.1 METODOLOGIA

A metodologia técnico-participativa de revisão do Plano Diretor de Curvelo foi elaborada, principalmente, para garantir aos munícipes condições de participação no processo como um todo, em suas várias etapas e momentos.

A participação popular está assegurada em todas as fases do processo, valorizando a experiência do espaço urbano vivenciado pela comunidade. A

participação é uma das premissas para o desenvolvimento de um Plano Diretor Participativo, onde é possível incorporar os anseios e reais necessidades dos cidadãos. Assim, ao invés de um Planejamento Urbano e Rural autoritário e utópico, busca-se construir um Planejamento Urbano e Rural democrático e realista, atendendo aos princípios da gestão democrática da cidade.

A partir desta premissa, a revisão do Plano Diretor busca a percepção e a opinião dos moradores sobre a sua rua, seu bairro, sua região e sua cidade como uma totalidade.

Para confecção deste documento, optou-se pelo cruzamento de dados que foram apresentados como parte do diagnóstico (leitura técnica) e uma compilação dos resultados tabulados no decorrer das audiências (leitura comunitária). Optou-se, também, por generalizar as propostas, dando, quando necessário, alguns exemplos citados nas audiências. Este trabalho tem a intenção de conectar minimamente os dois produtos, sendo complementar a eles.

Por conseguinte, esta síntese ora apresentada constitui-se em uma memória adicional às atividades realizadas, ambas contando com forte presença de técnicos da prefeitura, representantes de diversas entidades e órgãos, membros da comunidade, e dos técnicos da consultoria para elaboração do documento.

Nesse sentido, vale ressaltar, que apenas esta síntese não deve ser considerada como única fonte de dados para o leitor interessado nas informações que foram coletadas durante as leituras técnica e comunitária. Todo o material produzido anteriormente fornece uma gama maior de conhecimento que irá auxiliar nas tomadas de decisões ou argumentações necessárias ao processo de construção das próximas etapas e de um plano realmente justo e participativo.

3.2 SÍNTESE E ANÁLISE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

A síntese foi elaborada a partir dos principais temas abordados e discutidos em todo o processo de construção do diagnóstico técnico e na leitura comunitária. Os temas apresentados a seguir são:

- Meio ambiente e saneamento;
- Cultura, lazer e turismo;
- Saúde;
- Educação;
- Desenvolvimento social e segurança pública;
- Atividades econômicas
- Mobilidade
- Uso e ocupação do solo e habitação;
- Normas e leis.

3.2.1 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

A temática **Meio Ambiente e Saneamento**, durante as reuniões técnicas e comunitárias, obteve um dos mais altos índices de participação dos presentes.

De acordo com o diagnóstico técnico, foi possível verificar a gradual perda de qualidade ambiental do município e, durante as reuniões comunitárias, foi percebida a preocupação da população com os recursos hídricos, a necessidade de preservação das matas, fiscalização, criação de áreas protegidas, com as atividades de impactos relevantes (extração de cristais e outros) entre outros aspectos que serão relatados a seguir. A questão do saneamento básico também foi bastante discutida, uma vez que este tem relação direta com a saúde e a qualidade de vida da população curvelana.

Como poderá ser visto adiante, as questões ambientais permearam muitas das temáticas discutidas durante as reuniões, tendo sido proposta pelos munícipes a estruturação de um órgão ambiental que trate dos problemas urbanos e rurais.

Avaliou-se a sugestão de criação de uma agência ambiental ou até de uma secretaria de meio ambiente, com poderes para elaborar funções de desenvolvimento, gestão e fiscalização das questões ambientais no município.

VEGETAÇÃO

O diagnóstico produzido pela equipe técnica demonstrou as características ambientais negativas e positivas do município de Curvelo. No município como um todo, a questão da substituição de vegetação nativa por pastagem e silvicultura foi observada nos dados técnicos, através do estudo temporal da cobertura vegetal, sendo que mais de 75% de seu território possuem diversas atividades antrópicas. Este fato foi apontado pelos participantes nas audiências como um dos grandes responsáveis pela intermitência e desaparecimento de córregos e nascentes.

Outro ponto de grande interesse foi a arborização urbana e a qualidade ambiental do tecido urbano. Segundo o diagnóstico, Curvelo possui aproximadamente 166.536,50 m² de área verde em área urbana. Considerando que a população urbana de Curvelo em 2016 era de, aproximadamente, 70.000 habitantes segundo o IBGE, considera-se a relação m² de área verde por habitante (2,35m²/hab) baixa, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda o índice mínimo de 12 m² de área verde por habitante na área urbana.

Na leitura comunitária a percepção da população é de que Curvelo é uma cidade bem arborizada, contudo é mencionado a existência de árvores velhas nas ruas,

oferecendo risco aos moradores e transeuntes, carros e também à rede elétrica aérea.

Entretanto, como visto nos dados da prefeitura, Curvelo possui manutenção periódica nas praças, possuindo viveiro de mudas, plantio regular de mudas e cuidados periódicos dispensados às áreas verdes públicas urbanizadas. Mas existe também a percepção de que o trabalho de arborização deve ser contínuo, contendo também, fiscalização ostensiva contra os danos nas áreas verdes.

O Município de Curvelo, apesar de seu extenso território, não possui unidades de conservação de proteção integral ou sustentável. De acordo com o diagnóstico técnico, a unidade de conservação mais próxima do terreno é a APA Barão e Capivara, situada a cerca de 46 km em linha reta da área de estudo (Figura 1).

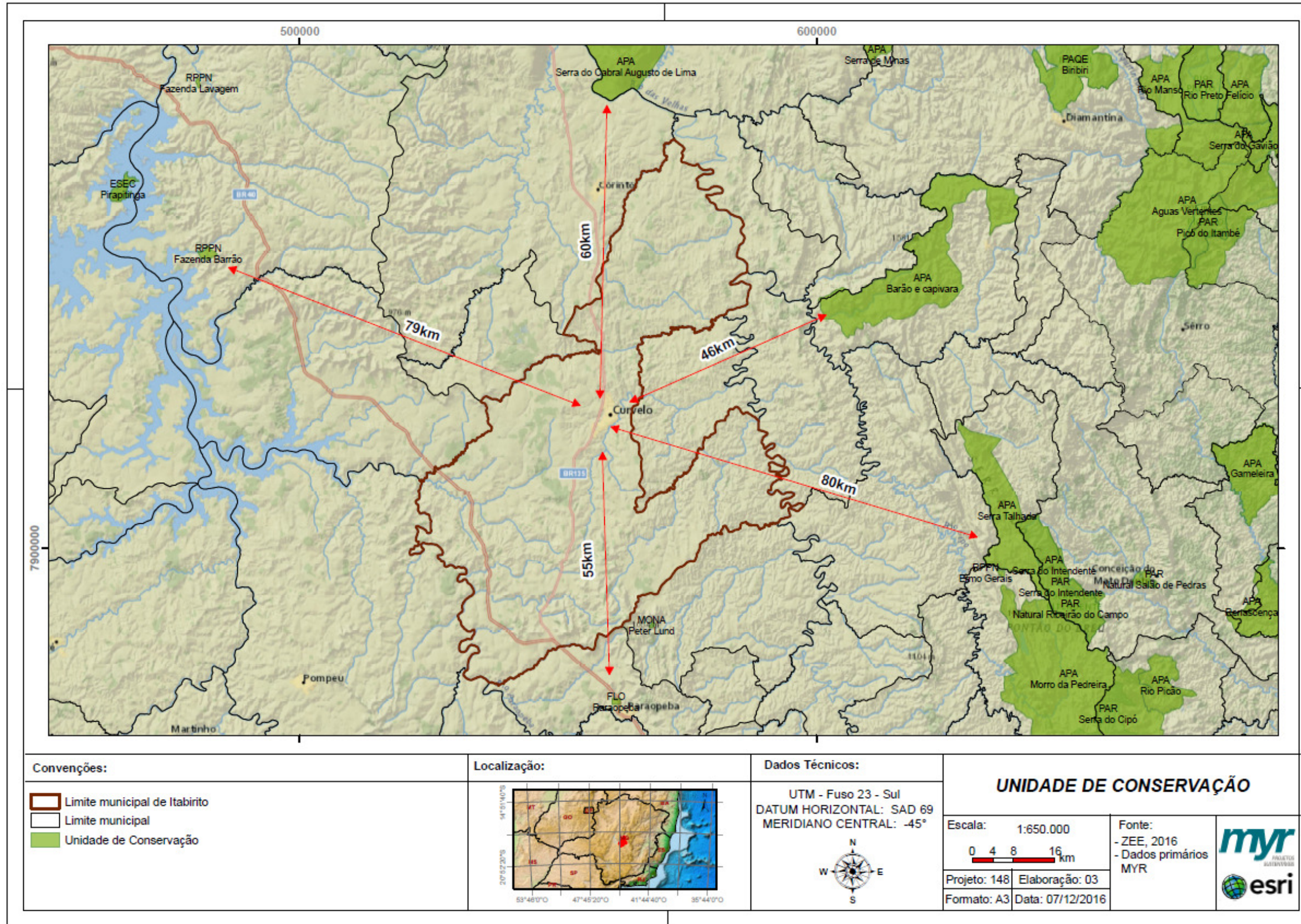


FIGURA 1. MAPA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.
Fonte: MYR Projetos, 2017.

No diagnóstico foi demonstrado o potencial de algumas áreas para criação de unidades de conservação. Dentre essas, quatro áreas (Figura 2) se destacam, conforme descrito:

- **Cobra D'agua:**

Área particular, de significativa importância ambiental no contexto urbano, situada na sede de Curvelo, pertencente ao espólio de Marcio Mascarenhas, no bairro Santa Maria.

- **Fazenda Mata do Moura:**

A fazenda está situada na estrada que liga Curvelo a Cordisburgo (MG 754, Km 7) possuindo uma área de aproximadamente 745 hectares, pertencente ao município de Curvelo.

- **Santa Filomena**

Área composta por vegetação expressiva e de notável importância ambiental no contexto urbano, situada na sede de Curvelo, no bairro de mesmo nome.

- **Parque da Biquinha**

Merece destaque também a área projetada para o Parque da Biquinha ou Bica como é conhecido entre os moradores da região. Esta área possui 26 hectares e está localizada na porção norte da Sede Municipal, mais precisamente na região compreendida entre o limite dos loteamentos Jardim Bandeirante I, Jardim Bandeirante II, Bairros São Geraldo, Rua Olhos D'agua, Bairro Guimarães Rosa e os fundos do Bairro Bom Jesus. A área proposta para o parque possui um conjunto de nascentes, que dá origem ao Córrego da Biquinha, que deságua no Córrego Olhos D'água e segue pelo Bairro Bandeirante.

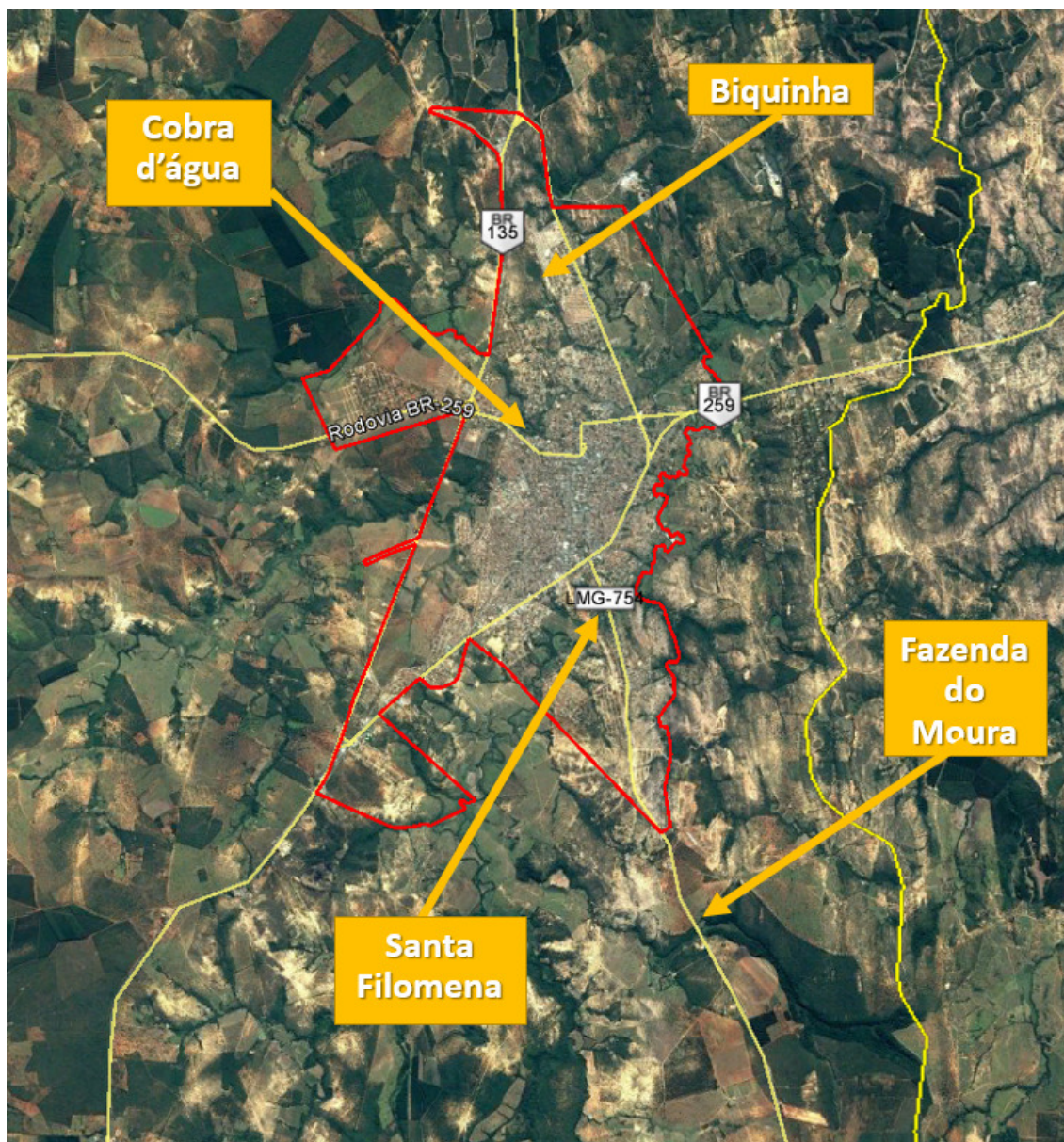


FIGURA 2. ÁREAS DESTACADAS PELA IMPORTÂNCIA AMBIENTAL NA ÁREA URBANA DE CURVELO E ENTORNO.

Fonte: MYR Projetos, 2017

Quanto aos distritos, o diagnóstico pontuou a deficiência na preservação das Áreas de Preservação Permanente – APP's, além das grandes áreas desmatadas em função do agronegócio, acarretando vários problemas ambientais como assoreamento de cursos d'água. Nas leituras comunitárias foi colocado a expectativa para revitalização da lagoa de Jacaré, que se encontra assoreada e carecendo de uma política de recuperação ambiental desde a revisão do Plano Diretor em 2006.

Já em Santa Rita do Cedro, foi apontada a Mata do Cedro, que, segundo os moradores, possui bastante expressividade ambiental e deve ser preservada e em Angueretá foi citado o córrego do Rodrigo como importante ativo ambiental passível de preservação.

RECURSOS HÍDRICOS

De acordo com o diagnóstico técnico, o Município de Curvelo está localizado em parte na bacia do Rio das Velhas que recobre uma grande porção do território do município nas porções norte, nordeste e leste e em parte na bacia do Rio Paraopeba, que recobre a porção sul e sudoeste de seu território (Figura 3).

Na bacia do rio Paraopeba vale destacar o potencial de uso da represa Retiro de Baixo como uma área para empreendimentos de lazer e desenvolvimento econômico, como apontado durante as reuniões temáticas. Entretanto, o uso pela população do município e de outros locais vem degradando continuamente o local, segundo relato dos moradores.

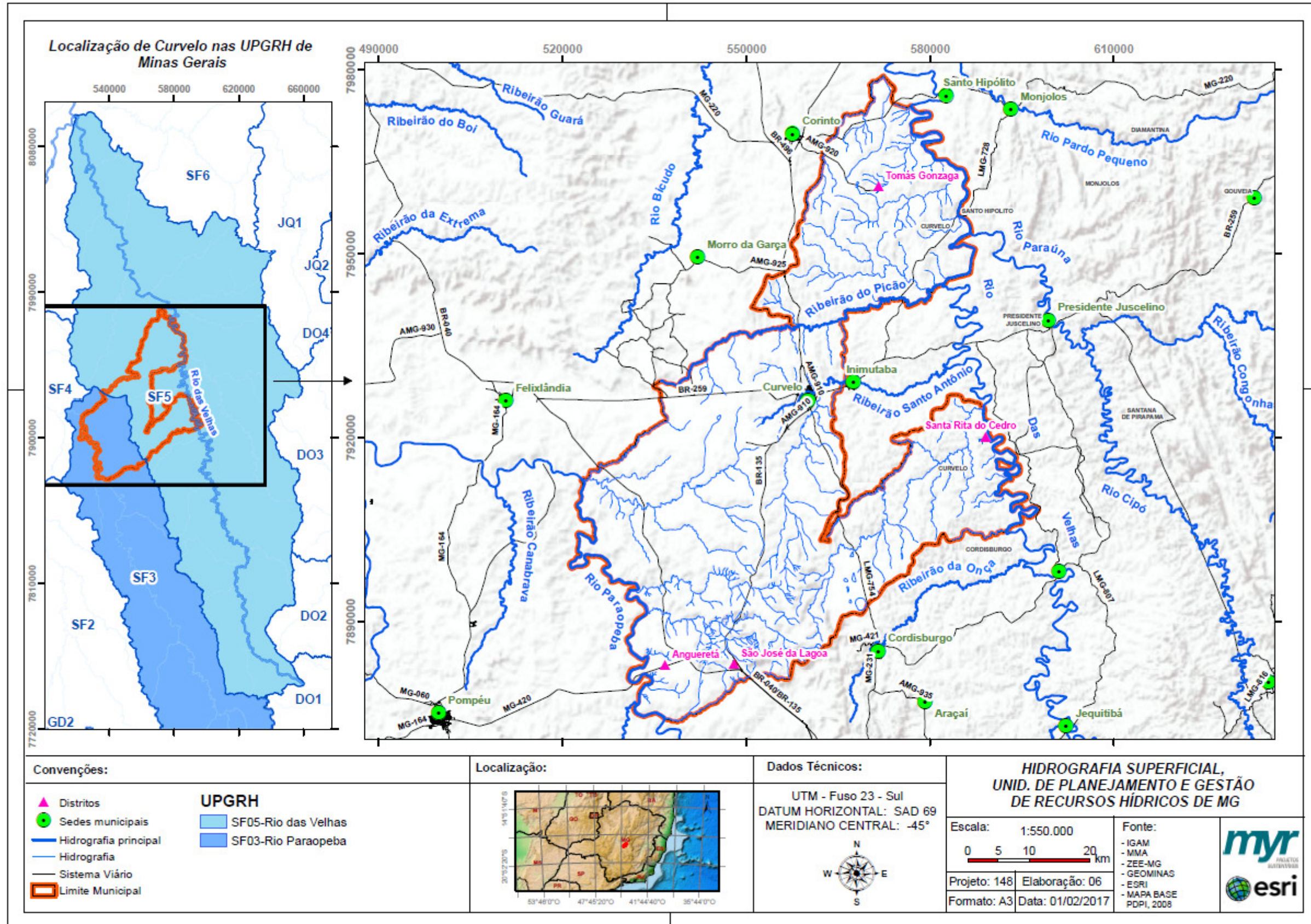


FIGURA 3. MAPA DA HIDROGRAFIA SUPERFICIAL DO MUNICÍPIO DE CURVELO.
Fonte: MYR Projetos, 2017.

No diagnóstico técnico é mencionado que o município possui córregos, riachos e ribeirões em toda a sua extensão, mas ainda não conta com um cadastro planialtimétrico, em planta georreferenciada, dos seus recursos hídricos e nascentes. Dentro da malha urbana, se destacam o córrego Riacho Fundo, o ribeirão Santo Antônio, o córrego da Biquinha, o córrego Santa Maria, o córrego do Comunguem, o córrego Passaginha e o córrego Olhos D'Água.

Durante as reuniões comunitárias foram relatados pelos moradores diversos problemas que atingem a rede hidrográfica de Curvelo. Foram mencionados, principalmente, o despejo de lixo e esgoto *in natura* diretamente nos córregos e a diminuição da vazão e, até mesmo, o desaparecimento de nascentes, devido, principalmente, segundo os participantes das reuniões, ao plantio de eucalipto, à pecuária praticada de forma extensiva e sem manejo e à degradação de Áreas de Preservação Permanente (APP).

Em Angueretá, por exemplo, foi citado o desaparecimento de nascentes devido à exploração mineral, mas há o córrego do Rodrigo, destacado por seu volume de água constante e importância para a comunidade. Em JK foi mencionado, por diversas vezes, o secamento da lagoa que existia no distrito. Em Tomás Gonzaga os relatos indicam que diversos córregos secaram nos últimos anos. No distrito de Santa Rita do Cedro, foi apontada a boa rede hidrográfica, mas a percepção é que a vazão dos cursos d'água vem diminuindo gradativamente.

FISCALIZAÇÃO

No que tange à fiscalização ambiental, foi identificado que Curvelo é um município de grande extensão territorial, o que dificulta a fiscalização constante. Adicionalmente, o município é seccionado por malha rodoviária extensa e ferrovia, além de ser atrativo para pessoas de outras cidades que procuram trabalho, lazer e uma segunda moradia para os finais de semana, feriados e férias.

Nesse sentido, na leitura técnica foi sugerido que haja um aumento do quadro técnico que possa auxiliar na elaboração de estudos, controle e fiscalização *in loco*, necessária para coibir práticas irregulares, abertura de loteamentos irregulares, ocupação em fundo de vales e o descarte inadequado de resíduos sólidos. Este descarte é praticado em vários pontos do município, principalmente em áreas verdes, como foi constatado na leitura técnica e durante as reuniões com a comunidade, ocasionando inúmeros problemas ambientais, além dos aspectos social e econômico.

Outro tipo de fiscalização solicitada foi sobre a presença de animais em área urbana, assunto abordado nos distritos, principalmente quando estes invadem praças e espaços públicos. O número de cães soltos pelas ruas também foi colocado como preocupante, sob diversos aspectos.

A fiscalização poderia coibir o desmatamento das áreas verdes ou até mesmo as atividades clandestinas de loteamento, bota-foras clandestinos, que acabam acontecendo em áreas próximas de grandes eixos rodoviários, que trazem impactos e insegurança para o município. Nos distritos de JK e Angueretá e na localidade de Cachoeira do Choro a preocupação sobre este fato é bem recorrente.

RESÍDUOS SÓLIDOS

No que diz respeito aos resíduos sólidos, de acordo com o diagnóstico técnico, o serviço na sede municipal é realizado em dias alternados nos bairros (coleta diurna) e diário na área Central (coleta noturna), cujos resíduos coletados são levados para o Aterro Sanitário de Curvelo (Figura 4). São gerados uma média de 45 toneladas/dia de resíduos urbanos, como os provenientes de domicílios, comércios e órgãos públicos.



FIGURA 4. VISTA PARCIAL DA ENTRADA DO ATERRO MUNICIPAL. FONTE: EMS, 2015.



FIGURA 5. ÁREA DO ATERRO MUNICIPAL, COM CANALETAS DE DRENO. FONTE: EMS, 2015.

O transporte do resíduo coletado é realizado por cinco caminhões compactadores e dois caminhões caçamba operantes. Existe ainda um caminhão compactador que não está sendo utilizado. O trabalho de coleta realizado pelos veículos compactadores possui capacidade 8 m³, enquanto a caçamba suporta entre 6 e 12 toneladas. Uma deficiência constatada foi relativa a inexistência de rota pré-definida, sendo dividida apenas por bairros.

Nas reuniões comunitárias, a coleta de lixo / resíduos sólidos urbanos foi apontada como aspecto deficiente e negativo. Os relatos sugerem a ausência quase completa de coleta de resíduos em Angueretá e em Tomás Gonzaga, além da percepção da falta de planejamento na coleta de Santa Rita do Cedro. Na sede municipal, a coleta nos bairros como Maria Amália e Vila de Lourdes, por exemplo, foi avaliada como péssima pelos moradores presentes na reunião. Vale ressaltar que, Curvelo não possui uma área para disposição de resíduos volumosos, percebido como um ponto negativo.

O serviço de varrição, de acordo com o diagnóstico técnico, é realizado com frequência diária em 10% da zona urbana. Os bairros contemplados são Bela Vista, Curiango, Tibira, Centro, além das principais vias da cidade.

A coleta seletiva, no diagnóstico técnico, foi apontada como insuficiente, demandando maior apoio e uma política de expansão. A ASCCARE – Associação Curvelana dos Catadores de Recicláveis, associação sem fins lucrativos voltada para a reciclagem, foi apontada como uma entidade que enfrenta constantes dificuldades operacionais e financeiras, o que demanda uma avaliação sobre estes aspectos no sentido de se buscar o fortalecimento de suas atividades. O perspectiva de aumento da cobertura da coleta seletiva é vista como de extrema importância pelos munícipes, inclusive como possibilidade de desenvolvimento de projetos comunitários relativos à limpeza urbana e geração de renda, já que parte significativa do volume coletado poderia ser transformada, reutilizada ou mesmo reciclada, conforme os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/10), que dentre outros determina a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Nas reuniões comunitárias foi pontuado a necessidade de efetivar a implantação da coleta seletiva, principalmente no núcleo urbano. Curvelo é polo de um consórcio regional de disposição de resíduos (CORESAB), o que aumenta a responsabilidade municipal com o tema, mas também as condições de desenvolvimento e melhoria da gestão integrada de resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável. Assim, ações de apoio à coleta seletiva reduziriam o descarte realizado no aterro sanitário, podendo ampliar tanto a vida útil do mesmo quanto desenvolver ações voltadas a geração de emprego e renda, possibilitados pelo trabalho da associação, dentre outros benefícios, conforme preconizado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/10).

A educação ambiental foi apontada durante as reuniões comunitárias como uma solução para diminuir problemas de descarte inadequado ou queima do lixo,

comum em alguns pontos da sede e da área rural por todo o município. Afinal, estradas e terrenos baldios próximos aos povoados sofrem com o mesmo problema.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água da sede do município é provido pela COPASA, sendo a captação realizada através de poços profundos. Como mencionado no diagnóstico técnico, a zona urbana do município apresenta um índice de atendimento de água de aproximadamente 99%, enquanto a área rural apresenta cerca de 18%. A sede do município é atendida por um sistema de poços profundos (Quadro 1) com volume de 291l/s e as condições de funcionamento de captação estão adequadas com as instalações físicas, hidráulicas e elétricas em bom funcionamento.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DOS POÇOS PROFUNDOS DE CAPTAÇÃO DA SEDE DE CURVELO.

Poços profundos			
Denominação	Vazão (l/s)	Bateria	Outorga
E-11	7,0	Carvalho Lopes	Portaria 249/1998
E-12	9,0	Carvalho Lopes	Portaria 249/1998
C-01	48,0	Carvalho Lopes	Portaria 249/1998
C-09	Esgotado		
C-10	16,0	Poço Azul	Em andamento
C-13	55,0	Poço Azul	Portaria 1099/2002
C-14	21,0	Poço Azul	Portaria 2827/2009
C-15	22,0	Poço Azul	Portaria 2828/2009
C-17	30,0	Maria Amália	Portaria 249/1998
C-19	18,0	Sarobá	Portaria 249/1998
C-03 (Reserva)	65,0	Carvalho Lopes	Portaria 249/1998

Fonte: Prefeitura de Curvelo, 2015.

Os distritos atendidos (Angueretá, JK e Tomás Gonzaga) possuem um sistema de produção individualizados para cada um deles. Na reunião comunitária, foi

mencionado que em Tomás Gonzaga há reclamação recorrente sobre o preço da água, interrupção de fornecimento nas residências e no retorno da água, esta vem suja e com excesso de cloro.

As demais comunidades e localidades rurais que não contam com o serviço ofertado pela COPASA, fazem uso de água advinda, em sua grande maioria, de poços artesianos. A população rural que faz uso da água advinda diretamente dos poços artesianos, reclama de falta de água, ocasionada, normalmente, por problemas na bomba de sucção ou escassez hídrica sazonal (período de seca do ano). Por esses motivos, existe preocupação com o mapeamento e fiscalização de perfuração de poços artesianos sem outorga, que pode comprometer a quantidade e qualidade das águas.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em relação ao atendimento de esgotamento sanitário, a COPASA atende somente a área urbana da sede do município. Cerca de 84% dos bairros atendidos têm os seus efluentes líquidos direcionados para a única ETE (Figura 6) com uma eficiência de tratamento de aproximadamente 80% (média de 180m³ de esgoto coletados) por mês. As redes de interceptores possuem variados diâmetros, que funcionam basicamente por recalque e gravidade. Como citado no diagnóstico técnico, as condições operacionais dos interceptores são boas e há facilidade de acesso em casos de necessidade de manutenção. A população rural, em sua grande maioria, possui soluções individualizadas como fossas sépticas e, sobretudo, rudimentares.



FIGURA 6. VISTA AÉREA DA ETE MUNICIPAL SITUADA A LESTE DA SEDE DE CURVELO.
Fonte: Google Earth, 2016.

Segundo os participantes das oficinas, a questão do saneamento ambiental tem problemas desde a coleta de esgoto até seu lançamento em cursos d'água. Este aspecto é apontado como impacto negativo para os cursos d'água do município, principalmente na área urbana. Em JK, Angueretá e Tomás Gonzaga, por exemplo, ocorreram relatos sobre a falta de limpeza das fossas, que quase transbordam. A leitura comunitária também apontou para a existência de redes clandestinas e o lançamento de esgoto no ribeirão Santo Antônio e nos córregos Riacho Fundo e Santa Maria em condições impróprias.

A revisão do contrato de concessão da COPASA foi proposta para levantamento da responsabilidade sobre as redes antigas de esgoto, o que denota um conhecimento da população sobre os problemas enfrentados pelo município, principalmente em locais onde a aprovação de loteamentos foi realizada anteriormente à lei federal de parcelamento nº 6.766/1979.

Apesar do diagnóstico apontar que toda a área central da sede municipal é atendida por rede de esgoto e de abastecimento de água, houve solicitação, por um participante da reunião, de revisão de cobranças de coleta de esgoto, uma vez que este alega ausência de rede em bairros centrais.

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

O Município de Curvelo, segundo o diagnóstico, não possui um cadastro planialtimétrico em planta georreferenciada que caracterize os mecanismos de microdrenagem, tais como sarjetas, bocas de lobo, caixas de passagem, redes pluviais e outros de forma satisfatória. Além disso, os dispositivos da macrodrenagem são conhecidos, mas não possuem um cadastramento com todas as especificidades como capacidade de vazão, condições do leito e do entorno.

Questões referentes à drenagem urbana, relacionadas principalmente à capacidade de escoamento das águas, foram criticadas pelos moradores, corroborando com as conclusões do documento técnico em relação à fragilidade deste aspecto. Um exemplo apresentado foi a ausência de drenagem profunda nas proximidades da Rua Engenheiro Luís Antônio Gonzaga e bairro Jardim América. Outro local citado como preocupante, do ponto de vista da drenagem urbana, foi o loteamento Palmeiras, no bairro Maria Amália, apesar de o diagnóstico técnico apontar que o loteamento possui infraestrutura completa.

Ainda segundo os moradores, a exemplo do tema, a água desce para a Avenida Dr. Dalton Moreira Canabrava (antiga Av. Sarobá, nome alterado através da Lei Municipal nº 3.192/17) e vai até a travessia da Avenida Othon Bezerra de Mello, impedindo, em dias de muitas chuvas, a travessia de pedestres. Problemas de drenagem urbana foram mencionados também em Angueretá, onde foi verificada a inundação da Praça José Júlio Mascarenhas. Nas reuniões ocorridas no distrito de Santa Rita do Cedro, houve relatos de que há inundação na parte de trás do cemitério.

Porém, de acordo com o que foi elucidado durante as reuniões técnicas e comunitárias, soluções para o problema de drenagem urbana devem ser desenvolvidas a partir de um Plano Municipal de Saneamento.

POLUIÇÃO

Apesar de a Prefeitura de Curvelo afirmar que não há problemas de poluição atmosférica e sonora significativos, proveniente dos veículos, durante as reuniões comunitárias na sede, houve manifestações sobre excessiva poluição sonora e atmosférica (barulho e fumaça) de veículos automotores. Foi mencionado também a poluição sonora, na área central, causada pelos eventos festivos, músicas em bares e carros de som, sendo demandada maior fiscalização por parte do poder municipal e revisão da Lei do Silêncio.

3.2.2 CULTURA, LAZER E TURISMO

A Cultura e o Patrimônio Cultural do município de Curvelo estão subordinados à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, que cuida também da execução das manifestações culturais e do patrimônio cultural material e imaterial de Curvelo. Apesar de contar com essa estrutura, durante as leituras técnicas ficou evidenciada a dificuldade de formatação das políticas públicas de fomento à cultura devido à grande extensão territorial do município, que acaba por dificultar a integração cultural da sede com outras regiões de Curvelo. Importante ressaltar que constituem patrimônio cultural municipal os bens de natureza material e imaterial, conforme a Lei municipal 2.895/14 que reestruturou a política municipal do patrimônio cultural de Curvelo.

Nesse sentido e visando uma melhor organização desta temática, será, primeiramente, realizada análise sobre a sede municipal e, após, sobre os distritos de Curvelo.

A SEDE MUNICIPAL

A leitura técnica e a leitura comunitária na temática **Cultura, Lazer e Turismo**, evidenciaram a importância do município de Curvelo no cenário cultural e religioso de Minas Gerais. A sede municipal atrai milhares de turistas durante as festas dedicadas aos principais Santos cultuados no município: São Geraldo e Santo Antônio, sendo este último o padroeiro da cidade, além dos eventos como o Forró de Curvelo e a Exposição Agropecuária.

Conforme o diagnóstico técnico, o município de Curvelo possui potencial para o turismo de negócios, principalmente em função do desenvolvimento de atividades econômicas atrativas a este tipo de turismo, tais como o agronegócio e a extração de minerais. Além desses ativos, atualmente, com a finalização das obras do Autódromo dos Cristais - iniciativa privada de caráter indutor das atividades ligadas ao automobilismo e à indústria automotiva e seu circuito de testes - abre possibilidade para o fomento deste nicho de negócio que pode gerar renda e emprego para a população, além de aquecer o turismo e dar publicidade ao município. Este espaço também pode se apresentar como alternativa locacional para outras modalidades de eventos, feiras, exposições, já que possui dimensão e localização atraente e com capacidade de atração regional.

O turismo histórico, cultural e ecológico também foi apontado com grande potencial no município. Cita-se o Circuito Turístico Guimarães Rosa, projeto estadual que vem sendo desenvolvido pelo governo do Estado, envolvendo Curvelo junto com os municípios de Araçaí, Corinto, Inimutaba, Morro da Garça, Pirapora, Presidente Juscelino e Santo Hipólito, e tem uma interface cultural forte, resgatando a importância da obra do escritor Guimarães Rosa e a influência do seu trabalho na região.

Além da potencialidade cultural do Circuito Turístico, a paisagem natural, com a presença de uma área cárstica, possui um alto valor cênico com a presença de

grutas e ativos naturais, ambientais e espeleológicos que podem ser desenvolvidos como atrativos e diferenciais turísticos.

Outros atrativos são os diversos bens tombados em nível municipal, sendo o Cine Teatro Virgínia (Figura 7), a antiga Estação Ferroviária (Figura 8) e seus edifícios, a Praça Benedito Vieira Reis, a Capela Nossa Senhora do Livramento (Figura 9) em Tomás Gonzaga e a Lapa dos Mosquitos (Figura 10). A Figura 11 apresenta o mapa de preservação da área central.



FIGURA 7. CINE TEATRO VIRGINIA



FIGURA 8. ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA



FIGURA 9. CAPELA N. S. DO LIVRAMENTO



FIGURA 10. LAPA DOS MOSQUITOS

Não obstante, a população presente às reuniões comunitárias referiu-se à pouca opção de espaços dedicados ao desenvolvimento de lazer não contemplativo em locais públicos, tais como, música, dança, teatro realizado em ruas e praças, que existem em grande número na sede municipal.

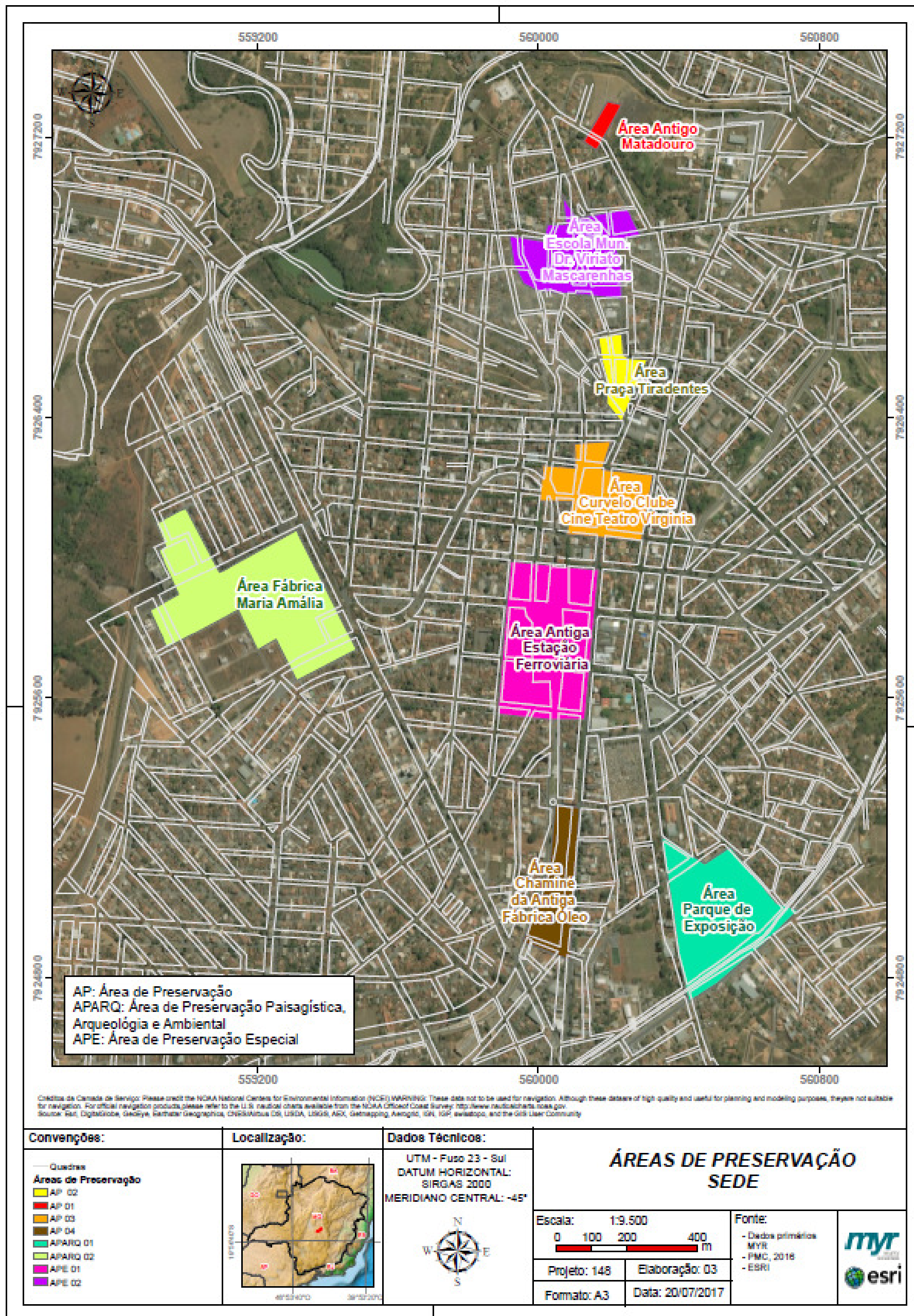


FIGURA 11. MAPA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DO DISTRITO SEDE.
FONTE: MYR Projetos e PMC, 2016.

Em Curvelo também há diversas praças, exaltadas pelos munícipes pela beleza e por serem bem cuidadas pela administração municipal. Segundo dados da Prefeitura de Curvelo, a sede urbana conta com campos de futebol e quadras esportivas nos bairros Bandeirante, Bela Vista, Boa Esperança, Bom Jesus, Centro, Jockey Clube, Maria Amália, Passaginha, Ponte Nova, Santa Cruz, Santa Maria, Santa Rita, Vila de Lourdes e Vila Nova. As “academias populares” e os equipamentos e brinquedos infantis na rua Rebouças, no canteiro central, também foram considerados pontos bastante positivos pela população.

Porém, mais políticas associadas ao desenvolvimento do turismo e do lazer foram demandadas durante a leitura comunitária, inclusive voltadas para a terceira idade, promovendo maior inserção na vida cultural da cidade, com a oferta de transporte e espaços adequados para este segmento da população nas áreas de lazer do município.

Além dos equipamentos públicos, sugere-se também um investimento nos talentos humanos de Curvelo, pois o incremento da política cultural passa pela valorização dos talentos existentes no município. Esta promoção da identificação e valorização dos artistas e talentos locais pode endereçar o desenvolvimento de alternativas de geração de trabalho e renda, especialmente para o jovem, fixando-o no município.

Quanto ao lazer, entre outros temas, tem-se a questão do esporte, que assume um papel crucial na solução de diversas problemáticas sociais, fazendo-se necessário como uma questão pública, que muito coopera para a formação dos cidadãos.

Durante a leitura comunitária foi citada a falta incentivo ao esporte em Curvelo. Entretanto, como consta no relatório da leitura técnica, existem registros da realização de mais de 400 eventos esportivos no município, valorizando o esporte local em todas as modalidades e também incentivando a participação de atletas em eventos fora do município. Também ressalta-se o apoio à Liga

Curvelana de Desportos, cumprindo um amplo calendário de atividades esportivas e melhorando as condições para manutenção de campos de futebol e outros equipamentos.

DISTRITOS E LOCALIDADES

Como citado no diagnóstico, Curvelo possui uma tradição rural presente em diversas edificações rurais como as Fazendas e os conjuntos arquitetônicos de relevância histórica, presentes também nos distritos sede e em distritos como Tomás Gonzaga e Santa Rita do Cedro.

Em Santa Rita do Cedro, as características históricas do distrito são muito relevantes, mas o distrito carece de desenvolvimento de alguma diretriz para a preservação de sua história e do patrimônio. O conjunto formado pelo traçado urbano, sua localização junto ao rio das Velhas e as posições das duas igrejas formam um conjunto que pode ser preservado, carecendo de articulação com as diretrizes do turismo.

Em Santa Rita do Cedro há menção às grutas, que certamente poderiam subsidiar os diferenciais para o turismo local. Foi citada a falta de quadras para o lazer, inclusive para atividades infantis e de academias populares para prática de esporte. As festas que ocorrem no distrito foram exaltadas como ponto positivo, mas reconhecem que deve ser dado apoio às festas para melhoria das políticas de cultura, esporte e lazer municipais. Também foi citado a falta de apoio à cultura local, representada pelo artesanato, considerado pela população como “culturas especiais”.



FIGURA 12. IGREJAS SITUADAS EM SANTA RITA DO CEDRO COM POTENCIAL PARA PRESERVAÇÃO.

Fonte: MYR Projetos, 2016.

O Distrito de Tomás Gonzaga, por sua vez, está localizado na porção norte do território municipal, e é parte da história da fundação de Curvelo, pois inaugura o início de sua história, cujo marco inicial era o Sítio do Papagaio, de propriedade do Coronel Martinho Afonso de Melo, em 1707.

A capela de Nossa Senhora do Livramento, tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, foi construída de 1732 e se constitui na mais antiga edificação religiosa de Curvelo. Recentemente foi reformada, juntamente com a igreja de São Sebastião, localizada na praça central do distrito. Durante a reunião com a comunidade foi exaltado o orgulho de todos pela presença desses marcos de fé e cultura em Tomás Gonzaga. A praça onde se localiza a igreja é ladeada por casario preservado, cujos donos, segundo os moradores, utilizam como segunda residência.

As opções de lazer no distrito quase inexistem. Segundo os moradores há falta de incentivo à Festa de São Sebastião e Nossa Senhora do Livramento, que ocorre no distrito, porém, sem a frequência usual. A “barraquinha”, que é utilizada pelos moradores em festas e outras manifestações culturais está em fase final de reforma, mas há demanda pela implantação de equipamentos de lazer e esportes, principalmente pelos mais jovens.

Já no distrito de JK, há citação da tradição da Folia de Reis que, segundo a população, deveria ter mais incentivo por parte da prefeitura. Há também o reconhecimento da importância da igrejinha existente e do entorno imediato, que, segundo a população, sofre pressão das ocupações irregulares. Citam-se, ainda, a duplicação de trecho da BR-135, a qual formou uma barreira entre os dois lados do distrito e favorecem uma desarticulação danosa ao processo de convívio dos moradores e das políticas públicas.

Em Angueretá existe a festa da Ardósia e outros eventos que, segundo os moradores, carecem de maior incentivo por parte do poder público. Ressaltam a importância das aulas de dança (zumba) e dos espaços públicos que possuem academia, para o convívio dos moradores e para o lazer.

A localidade de Mascarenhas tem sua tradição ligada à ferrovia, porém o conjunto do entorno da estação se encontra ameaçado de demolição pelo baixo padrão de conservação e depredação. De acordo com as informações coletadas durante as leituras técnica e comunitária, o conjunto se encontra sob tutela do DNIT. O município já solicitou a sessão de tais prédios, entretanto o DNIT se manifestou contrário a tal a responsabilidade.

Portanto, percebeu-se, ao final, que nos distritos existe uma necessidade de incremento dos espaços de lazer, bem como de uma política de fortalecimento dos ativos culturais existentes e preservação do patrimônio.

3.2.3 SAÚDE

Segundo o diagnóstico, Curvelo possui o Plano Municipal de Saúde com 12 diretrizes estratégicas para o período 2014 – 2017, onde são discriminados os objetivos, prioridades e indicadores para a saúde.

A rede de atendimento da saúde conta com dois hospitais e um Pronto Atendimento, além de um recém-inaugurado serviço de oncologia. Os hospitais, conforme dados da Secretaria, buscam elaborar um atendimento conforme perfil assistencial, desenvolvendo ações especializadas conforme a necessidade.

Na Rede Assistencial da Atenção Básica, o município de Curvelo conta atualmente com 16 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), que atendem tanto a área urbana, como rural. Há, ainda, 06 equipes de ESF's que possuem Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e 03 equipes de Estratégia de Saúde da Família com atendimento na área rural, que, juntamente com as ESF's Equivalentes (soma de carga horária de profissionais médicos clínicos, pediatras e ginecologistas, lotados nos Centros de Saúde, cobrem 79,84% da população.

A Atenção Básica conta ainda com 01 Posto de Assistência Médica (PAM) e 02 Centros de Saúde. A equipe de Saúde Bucal do município é composta por 21 cirurgiões-dentistas, 06 técnicos em saúde bucal (TSB) e 13 auxiliares de saúde bucal (ASB).

Porém, como foi apurado no diagnóstico sobre a temática **Saúde**, a rede de saúde de Curvelo atende grande parte da população dos municípios vizinhos, o que constitui em ônus e sobrecarga em toda a rede pública. Como agravante, ante a presença de duas importantes rodovias, as vítimas de acidentes ocorridos dentro do limite do Município e em seu entorno, são muitas vezes atendidas em Curvelo.

Essa sobrecarga reflete na opinião dos moradores sobre a infraestrutura de saúde oferecida. Durante a reunião comunitária na sede do Município, um dos participantes apontou que o atendimento pela rede de saúde é considerado satisfatório, mas que haveria necessidade de ampliação dos serviços e há dificuldades no agendamento e marcação de consultas. A qualidade da oferta do serviço de saúde oferecida por parte do corpo técnico especializado também foi mencionada, juntamente com a demanda um maior leque de especialidade médicas.

A atenção dispensada pelos profissionais médicos, enfermeiros e dentistas à comunidade foi recorrentemente elogiada em todas as reuniões comunitárias. Porém, a percepção da existência de demanda por melhoria na infraestrutura de equipamentos foi percebida nas audiências nos distritos, sendo apontadas a baixa frequência de visitas de profissionais como pediatras e ginecologistas, falta de medicamentos nos postos de saúde e a rotina de coleta de exames clínicos. No que diz respeito às doenças que necessitam de reabilitação, foi indicado, como ponto negativo, problemas na oferta deste tipo de tratamento. Em contraponto, em Angueretá, foi citado como positivo o CTA - Centro de Tratamento de Reabilitação.

Existem menções de problemas de saúde derivadas de problemas ambientais, como existência de áreas residenciais onde funcionam empresas que operam sem o devido licenciamento da atividade. Esta percepção coaduna com a revisão do código de obras e posturas e que é parte da etapa do processo de revisão das leis municipais. A utilização de água sem tratamento de poços artesianos por parte dos moradores da área rural e utilização de fossas rudimentares também foram lembrados como pontos negativos, que podem influenciar na qualidade da saúde da população e no aspecto ambiental.

A questão do custo elevado do transporte para acesso aos serviços de saúde, em razão da concentração destes equipamentos na sede municipal, foi identificado como ponto negativo durante as reuniões de leituras técnicas e

comunitárias, sendo considerado como uma barreira significativa ao acesso igualitário à saúde em todo o município.

Na área rural, houve menção à falta de fiscalização dos técnicos da secretaria de saúde, que deveriam aplicar o controle de zoonoses com a castração de cães e gatos e fiscalizar a grande quantidade de lotes contendo lixo e entulho, que acumulam água, facilitando a proliferação de vetores de doenças, como a febre amarela e a dengue.

3.2.4 EDUCAÇÃO

O município de Curvelo possui o Plano Municipal de Educação, aprovado em 2015, onde são apontadas as diretrizes e discriminados os objetivos, prioridades e indicadores para a educação. A política de educação, segundo definição da lei orgânica municipal, assim como o acesso à cultura, educação e ciência visa propiciar os meios de acesso pleno ao cidadão.

Segundo o diagnóstico, a rede de ensino (Figura 13) é bem ampla e abrange toda a educação básica (ensino infantil e fundamental), tanto na área urbana quanto na área rural. Além as instituições de educação básica, a rede é composta por escolas públicas e privadas que ofertam o ensino médio e 4 instituições de ensino superior.

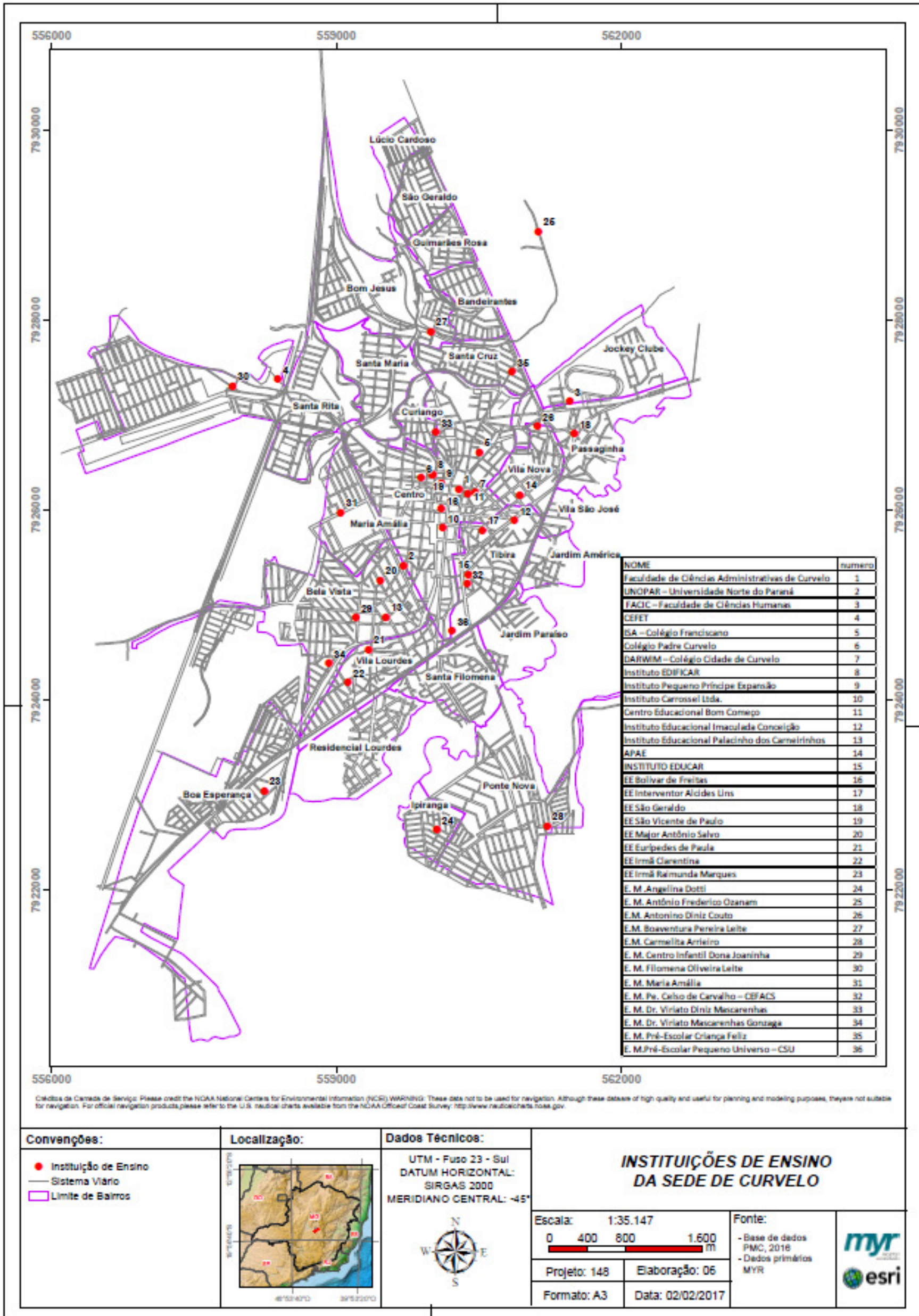


FIGURA 13. MAPA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA SEDE DO MUNICÍPIO.
Fonte: MYR Projetos, 2017

Segundo dados do diagnóstico técnico, além dos cursos regulares, o Município de Curvelo conta ainda com várias escolas de e língua estrangeira e de informática, com cursos periódicos preparatórios para concursos públicos. O atendimento de apoio desenvolvido pelas creches fica a cargo do Departamento de Desenvolvimento Social e conta com crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

O Ensino superior apesar de ser representativo no município, possui oferta incipiente de cursos voltados para a tendência econômica de Curvelo. Existe dependência do município de Sete Lagoas e, ao mesmo tempo, da capital Belo Horizonte, o que acaba por acirrar o êxodo para a sede ou a dispersão de mão de obra qualificada para outras partes do estado.

Nas audiências da sede urbana foi apontado que o poder público deveria desenvolver maior incentivo à pesquisa e desenvolvimento intelectual dentro do município de forma a promover melhorias para o município. Apesar da existência do CEFET, neste ponto, o aumento da oferta de cursos técnicos e a oferta de um maior número de cursos superiores foram também citados como facilitadores da melhoria dos indicadores sociais e até da mitigação de problemas sociais existentes.

Não obstante, durante as audiências com a comunidade, foi apontada, em alguns casos, a ausência de uma cobertura por escolas e creches em bairros periféricos da sede, principalmente nos locais que receberam recentemente empreendimentos dos programas habitacionais subsidiados pelo governo. Já a implantação do Colégio Tiradentes foi indicada como positiva, durante a audiência na sede municipal. Em Tomás Gonzaga e JK a falta de creches foi apontada como ponto negativo.

Importante ressaltar que, quanto a qualidade do ensino e dos profissionais de ensino, não houve indicação de pontos negativos. Apenas pontos positivos foram verificados durante as audiências com a comunidade, o que indica o grau de satisfação da população com o ensino provido pela prefeitura.

Quanto aos serviços complementares, a distribuição gratuita de material escolar na rede pública também foi citada como positiva. Porém, como sugestão, foram indicados importantes serviços complementares ao da formação escolar fundamental, principalmente junto ao público de menor renda, tais como reforço escolar complementar às horas de aprendizado e a extensão da jornada escolar para uma escola integral.

3.2.5 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Na temática Desenvolvimento Social e Segurança Pública, duas temáticas intimamente conectadas, foi verificado que, mais uma vez, a dimensão territorial do município de Curvelo e a dispersão dos distritos e localidades dificultam, em parte, as ações contínuas de atendimento dos serviços sociais, de profilaxia e remediação de situações relativas à segurança pública. Foi percebido, também, que os problemas e os pontos positivos levantados durante as leituras comunitárias são praticamente os mesmos nos distritos, apresentando poucas diferenças na sede urbana.

Como apresentado no diagnóstico técnico, Curvelo é a sede do 42º BPM e da 14ª RPM, responsável pela cobertura de outras 10 cidades da região, possuindo um efetivo aproximado de 260 homens, sendo 150 homens apenas no município de Curvelo, dividido entre as áreas rurais e urbanas. A cobertura policial é feita por regiões e, de acordo com o que foi apurado durante as leituras técnicas e comunitárias, o efetivo policial é considerado insuficiente para atender a demanda gerada por Curvelo e os demais municípios citados.

No que diz respeito à Polícia Civil, o município de Curvelo conta com a Delegacia Regional de Polícia Civil, que também abrange 10 municípios. A Delegacia Regional de Polícia Civil de Curvelo possui delegacias especializadas, que realizam ações de prevenção, proteção do cidadão e investigação dos crimes.

Entretanto, apesar da relação efetivo/população, não ser a ideal, segundo informações da própria Polícia Militar, existe uma boa correlação entre eventos de violência e cobertura de efetivo.

Um dos fatores que contribui para o aumento da percepção da população sobre o crescimento da violência é a sensação de crise e impunidade, motivados pela conjuntura nacional, segundo relatos dos responsáveis. O aumento das atividades econômicas no campo e alguns casos de crimes violentos isolados, também ajudam a aumentar a percepção sobre o aumento da violência.

A Rede de Assistência Social, por sua vez, tem como responsável a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Social. A rede conta com 07 equipamentos de apoio no município de Curvelo, e sua concentração espacial está localizado na área urbana, em regiões periféricas. São eles: CRAS polo Bela Vista, CRAS Polo Ipiranga/Ponte Nova, CRAS Polo Bom Jesus. Além do CRAS, diversas entidades em parceria com o Município também atuam com serviços na área de Proteção Social Básica.

A Assistência Social ainda possui a Central dos Conselhos Municipais, que tem a função de apoio aos Conselhos que lidam com a temática da rede de Assistência do Município, estando subordinados à Secretaria responsável pela política. À exceção dos equipamentos de Assistência Social, espalhados pela periferia, o CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social e o Acolhimento Institucional (abrigo para menores) estão localizados na região central da cidade, cumprindo a função de ofertar os serviços de maior complexidade., juntamente com outras entidades que também atuam na proteção social especial.

Na discussão sobre as temáticas **Desenvolvimento social e Segurança pública**, durante as reuniões comunitárias, foi apontada como positiva a capacitação da equipe de assistência social. Esta percepção é associada aos bairros da sede urbana, onde se valoriza o desenvolvimento de uma política com

maior fiscalização contra drogas, entorpecentes e bebidas, principalmente jovens e adolescentes.

Foi citado que a população carente é que a que mais sofre com a violência e é percepção advinda das reuniões comunitárias de que devem haver incentivos públicos para a melhoria das condições de segurança em áreas periféricas. Para os moradores das áreas rurais e distritos, apesar de considerarem a polícia militar muito atuante, foi citado pelos partícipes e pelos próprios policiais, durante a leitura comunitária, que o efetivo policial e a quantidade de equipamentos são, realmente, considerados insuficientes.

Outros pontos negativos apontados foram relativos a falta de apoio público, a despeito dos subsídios oferecidos pela prefeitura, às associações de bairros e falta de apoio aos projetos sociais de reintegração de jovens infratores, com programas de geração de trabalho e renda, o que poderia reduzir os índices de envolvimento desse público com ações ilícitas. De acordo com o relatório da leitura técnica, sobre a ressocialização de adolescentes, existem reais dificuldades para ressocializar os adolescentes de Curvelo, uma vez que a cidade não possui um centro socioeducativo que é o equipamento do Estado, para atender à demanda. Sendo assim, os adolescentes infratores de Curvelo e região são encaminhados para Pirapora, Sete Lagoas ou Belo Horizonte. Segundo dados apurados, existe um número expressivo de ocorrências com menores praticando crimes, o que reforça a necessidade de incremento das medidas socioeducativas e preventivas.

Em linhas gerais, preocupa a população curvelana o controle dos acessos ao município, onde a dispersão espacial e sua integração com eixos rodoviários de porte regional aumentam a percepção de ameaça à segurança da população local. Para tanto, foi proposto o estudo de portais de controle de acesso à cidade, tanto na etapa de leitura técnica como na etapa de leitura comunitária. Nesta última, pediu-se um programa associado ao controle e rastreamento de veículos roubados.

Nas reuniões com a comunidade foi citado que o município de Curvelo necessita de muita segurança na área rural, apesar da população entender que há policiamento nestas áreas, mas considerar insuficiente. A falta de parceria do poder público e associações dos bairros foi citada como ponto negativo.

Nos distritos e povoados, problemas apontados na sede também preocupam os moradores, tais como problemas com uso de drogas e assaltos, aumentando a percepção de fragilidade da segurança pública. Na região lindeira às saídas da cidade em JK, esta percepção é reforçada. A área de comércio lindeira à rodovia que secciona JK foi apontada como área carente de uma melhor cobertura policial. Outro ponto negativo apontado é relativo a insuficiência da iluminação de vias e espaço públicos nos distritos e povoados, aspecto que a ação de marginais. Sendo que o incremento deste aspecto poderia reverter em melhora das condições de segurança e redução dos índices de violência.

Cobra-se maior atuação de uma política investigativa e de uma maior atuação do Conselho Tutelar no caso de proteção às crianças e adolescentes. Em relação à proteção do patrimônio público e do cidadão, sugeriu-se a criação de uma guarda municipal.

O aumento do uso e da comercialização de drogas foi apontado como ponto negativo nas áreas rurais, sendo vinculado, muitas vezes, à falta de emprego e oportunidades, ociosidade dos jovens e orientação disciplinar. Apesar disso, a atuação da PM nos programas de orientação aos alunos das escolas públicas e particulares foi considerado como ponto positivo. Esta última citação corrobora o que foi descrito no relatório da leitura técnica, que informa que a Polícia Militar vem atuando com programas preventivos, como o PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Além deste programa, o Projeto de Flautas Encantadoras da Paz, implementado no Distrito de JK, busca afastar os jovens da criminalidade, através da música e expressão da cultura.

Tais projetos são reconhecidamente exitosos, mas ainda carecem de maior abrangência.

Nas discussões temáticas, a assistência social foi tratada, de certa forma, como um segundo plano, apesar da política de assistência social ser considerada um ponto positivo, por ser muito desenvolvida no município.

Existe a percepção de que a cobertura dada pela assistência social é satisfatória, porém, uma sugestão interessante foi a adoção de uma estrutura volante de atendimento municipal pelo CRAS, denotando, por parte do morador, o grau de dificuldade encontrada para atendimento da área rural, representado pela escala territorial do município.

3.2.6 ATIVIDADES ECONÔMICAS

O valor do PIB é crescente, quase triplicando a riqueza produzida no período de 2000-2011, conforme pode ser visto na Figura 14.

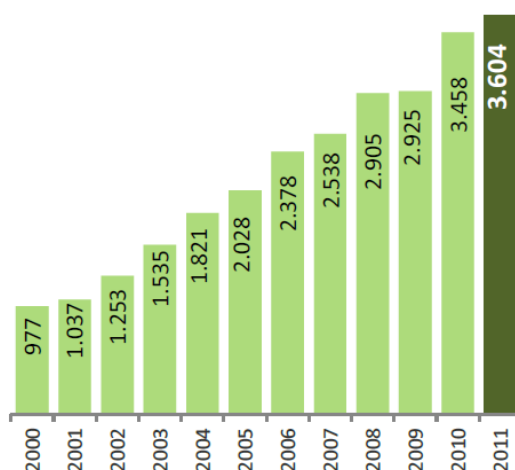


FIGURA 14. PRODUTO INTERNO BRUTO - 2000-2011 (EM R\$ MILHÕES)

Fonte: Sebrae Minas, 2013 (FJP).

O IBGE disponibiliza os dados de PIB por setor para o ano de 2013, que demonstra a grande participação relativa do setor de serviços na composição da riqueza de Curvelo, seguido pela Administração e Serviços Públicos e da Agropecuária.

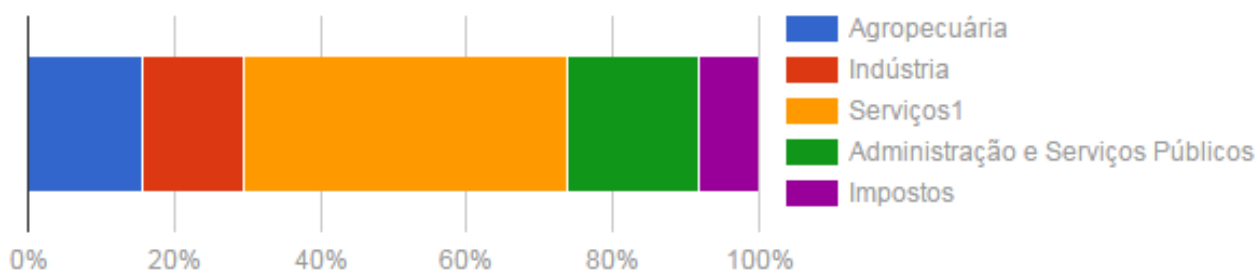


FIGURA 15. PRODUTO INTERNO BRUTO - 2013
Fonte: IBGE em Parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, 2013.
(1) Exclusive Administração e Serviços Públicos.

Segundo o diagnóstico apresentado sobre as **Atividades Econômicas**, os setores de mineração, pecuária, agricultura (principalmente silvicultura) são importantes para o desenvolvimento econômico do município.

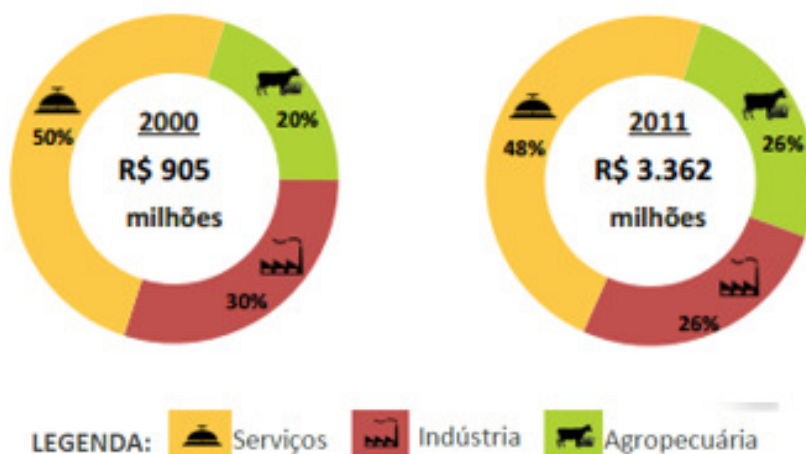


FIGURA 16. VALOR ADICIONADO POR SETOR|2000-2011 (EM %)
Fonte: Sebrae Minas, 2013.

Segundo os dados aferidos em audiências na sede e nos distritos, os indicadores de atividade econômica no município melhoraram consideravelmente, sendo o setor de serviços responsável pelo maior incremento ao setor. A procura pelo município de alternativas para maior diversificação dos setores produtivos é uma das diretrizes apontadas pelo diagnóstico. Um fator comum citado nas reuniões

com a comunidade, foi a boa rede de comércio e a gama de serviços oferecidos na sede municipal.

Ademais, em termos logísticos, Curvelo encontra-se em posição geográfica estratégica no estado, possui um aeroporto em funcionamento e uma malha viária e ferroviária privilegiadas, que ligam várias regiões do país, com fluxo de cargas e mercadorias constantes. Tais fatores, por si só, são importantes fatores de atratividade e vetores de crescimento econômico.

Conforme resultados das reuniões com a comunidade, no que tange as atividades econômicas, os esforços do governo municipal para o incremento e diversificação econômica são reconhecidos. Apesar disso, o crescente nível de desemprego foi apontado como um fator negativo, sendo uma questão que gera bastante preocupação. Em contraponto, foi apontado como o ponto positivo o incentivo ao empreendedorismo, pela prefeitura, por meio da otimização dos processos de abertura de empresas, através maior incentivo fiscal e financeiro para instalação de empresas de pequeno e médio porte.

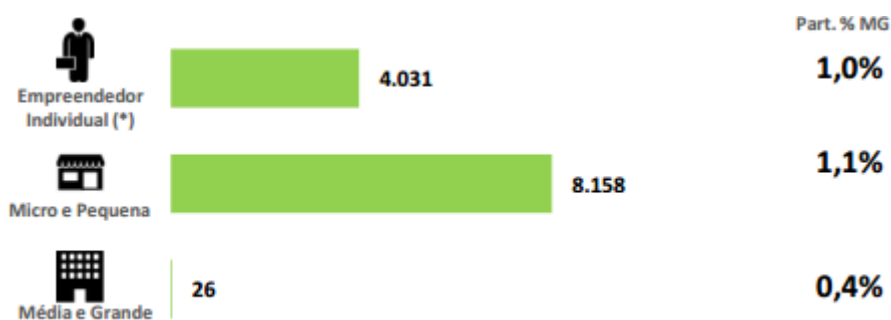


FIGURA 17. CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS - ESTABELECIMENTOS POR PORTE | 2012

Fonte: Sebrae Minas, 2013.

Entretanto, o alto valor do IPTU – Imposto Predial e territorial Urbano que incide sobre os imóveis ocupados por pequenas empresas acaba desestimulando a abertura de novos negócios deste porte, segundo a percepção comunitária. A falta de uma política de incentivos aos microempreendedores individuais deve ser um ponto a ser relevado na consideração da elaboração de ações que

repercutam na geração de emprego e renda do município como um todo (como descrito no Produto 4 – Diagnóstico Municipal), contudo através da Lei Complementar nº 112/2017 os microempreendedores individuais passarão a ser isentos da taxa de licença para Localização e Funcionamento.

O desenvolvimento de atividades ligadas à indústria extrativa regularizada, como a mineração de ardósia e minerais de alto valor agregado, sofreu forte avanço nos últimos anos. No setor de serviços, foi considerado o aumento dos empreendimentos de hotelaria, atrelada ao turismo de feiras e eventos, podendo contribuir para o incremento da base econômica no município. Entretanto, o investimento na qualificação das feiras e eventos existentes, poderia trazer maior diversificação do emprego e incrementar ainda mais o setor de turismo.

A população dos distritos é a que mais sofre com a falta de emprego de natureza urbana, contudo ainda se encontram atividades de natureza rural como: criação de gado de corte; criação de gado de leite; fruticultura, legumes e verduras; reflorestamento; cana-de-açúcar; cereais (milhos, soja, trigo). Em geral, o pouco incentivo para o pequeno produtor e pouca oferta de trabalho para jovens em idade de emprego, tornando difícil fixar o jovem na área rural por ausência de oportunidades. Na zona rural, não há cooperativas para incentivar o desenvolvimento econômico local, auxiliar os pequenos produtores, facilitar o acesso à aquisição de insumos e equipamentos e a diversificação das produções. Nas leituras comunitárias reforçando a falta de incentivo, foi pontuado a falta de apoio às feiras comunitárias, para a venda de produtos locais e artesanato produzidos pela população.

Existe uma percepção de que a infraestrutura precária e a ausência de vias asfaltadas dificultam o acesso ao emprego no campo. Outro ponto considerado negativo nos distritos é a falta de serviços que estruturam a atividade econômica tais como agências bancárias e cartórios. Uma proposta retirada das oficinas comunitárias foi a de estruturar postos avançados da prefeitura nos distritos, que

ofereceria diversos serviços, evitando deslocamentos desnecessários à sede municipal.

Existe uma percepção em JK, considerada no diagnóstico como uma área desenvolvida em termos de centralidade, porém, foi citado na reunião com a comunidade (assim como nos demais distritos) que não há atividades diversificadas ou uma estrutura tão boa quanto a da sede urbana.

Por fim, outro ponto apresentado no diagnóstico é a péssima condição de distribuição de energia no município, além da precária rede de telefonia e internet. A fragilidade da infraestrutura é um dos fatores limitantes para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, principalmente em épocas de colheita e beneficiamento da produção.

Apesar de sua importância econômica regional e das potencialidades locais, o município de Curvelo carece de um plano de desenvolvimento econômico e sustentável, bem como da constituição de um fundo para financiar e ampliar estes aspectos.

3.2.7 MOBILIDADE

O município de Curvelo está localizado na região Central do estado de Minas Gerais, distando da capital Belo Horizonte 163 km. O município possui um aeroporto em funcionamento, bem como malha viária e ferroviária privilegiadas. A sede municipal está localizada às margens das rodovias BR-135 e BR-259. Embora não acesse a área urbana de Curvelo, a BR-040 é principal rota de acesso para o município, pois se articula com a BR-135 e BR-259.

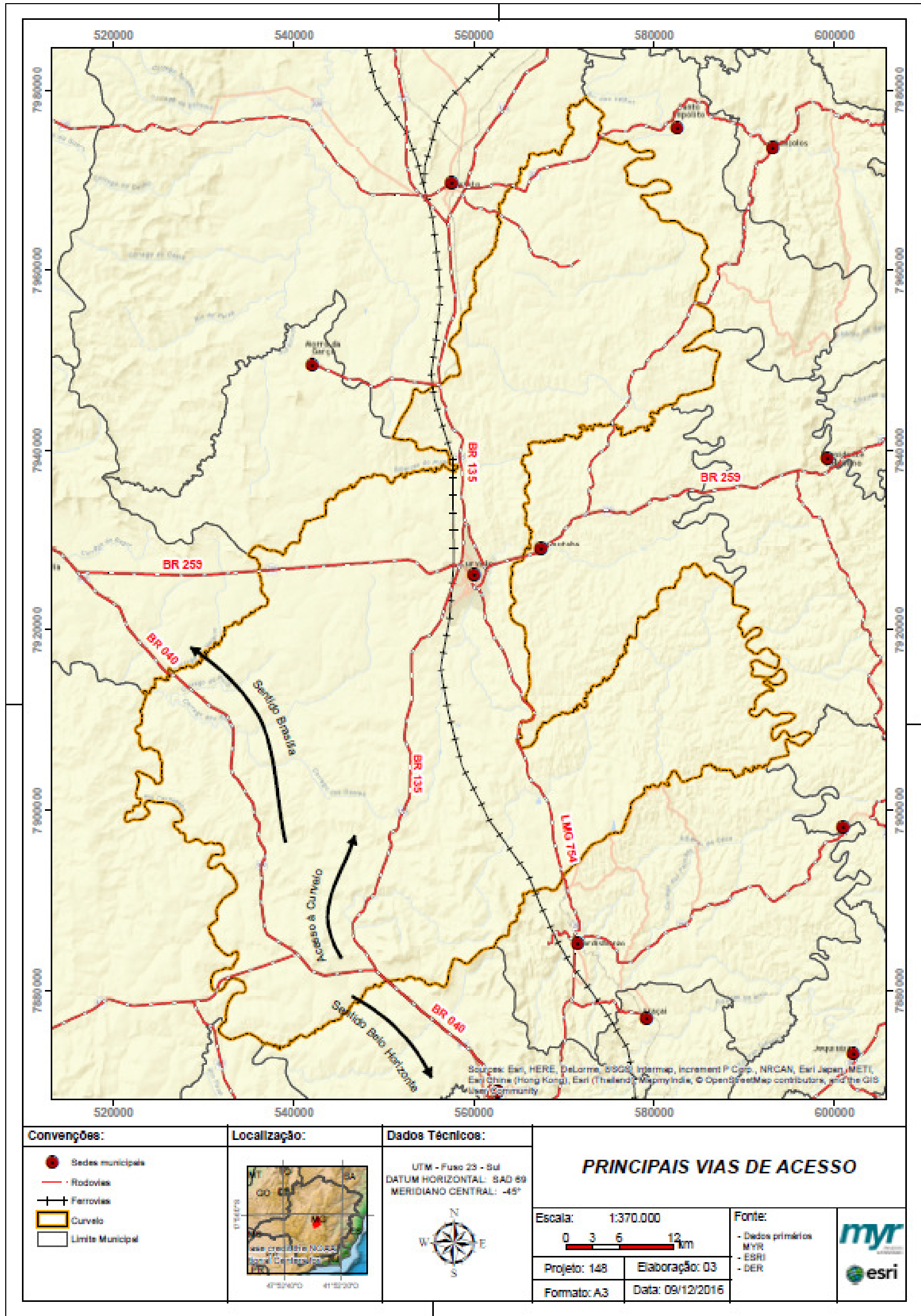


FIGURA 18. MAPA DE PRINCIPAIS ACESSOS.
Fonte: MYR, 2016.

A hierarquização da rede viária urbana é determinada a partir das características físico-operacionais das vias urbanas de Curvelo: vias de Ligação Regional, Arteriais I, Arteriais II, Coletoras, Locais.

De acordo com o diagnóstico técnico, existe reduzida oferta de acessibilidade territorial pelos diversos modais de transportes, o que dificulta a circulação de pessoas e a construção de uma rede de atendimento interligada e eficiente. A oferta de transporte de massa entre a sede e os distritos é cara, representando um dos pontos negativos citados durante as reuniões com a comunidade.

Quanto ao sistema viário, foram identificadas algumas particularidades do sistema viário principal, enfatizando os principais pontos críticos atuais e futuros. Destaque para as interseções em nível das ruas e avenidas do centro da cidade com as rodovias (BR-135 e BR-259) e Avenida Bias Fortes, consideradas "pontos críticos", devido as condições geométricas, sinalização e fluxo intenso de veículos.

Durante as reuniões com a população acerca da **temática de mobilidade** foram apresentadas diversas sugestões sobre a estrutura do sistema viário, sua estrutura, transportes e da logística urbana. No diagnóstico da leitura técnica, consta que há pouca oferta de acessibilidade territorial pelos diversos modais de transportes, dificultando a circulação de pessoas e a construção de uma rede de atendimento interligada e eficiente.

Durante a reunião com a comunidade na sede municipal, projetos de investimentos em mobilidade na área urbana, notadamente em relação a implantação da faixa de pedestre elevada e os projetos de implantação de ciclovias foram citados como importantes, endereçando a valorização da cultura do uso de transporte não motorizado no município. Este aspecto é marcante em razão do paradigma da grande expansão do sistema viário como sendo prioritário dentro da sede urbana.

Reforçando esta análise, foram dadas sugestões que enfatizam a importância da mobilidade na escala urbana, tais como: a melhoria de ruas e avenidas, da acessibilidade para idosos e para deficientes físicos, no transporte coletivo, na construção de quebra-molas e nas passagens de pedestres, na melhoria de passeios, ruas e avenidas. Houveram sugestões para implantação de pontos de estacionamento rotativo ampliando seu espaço. Exemplificaram mencionando locais como o ponto em frente à Caixa, na Praça Benedito Valadares e na Praça Tiradentes.

Apesar da Prefeitura de Curvelo considerar o serviço de taxi adequado à população vigente, houve menção ao serviço e dado como ponto negativo, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de taxis no ponto tradicional do centro da cidade.

A implantação de passarelas e passagens de nível é vista como ponto positivo e auxiliam na redução dos acidentes de trânsito, aumentando os níveis de segurança, reduzindo os impactos na área da saúde. A prioridade do pedestre nos passeios foi lembrada como sendo fundamental na área central, o que reforça pensar nesta diretriz para o Plano de Mobilidade e para a revisão do Código de Posturas.

Embora a população reconheça o valor e importância dos eventos e festas municipais, bem como da existência dos inúmeros bares, lanchonetes e restaurantes, foi identificado e criticado o uso do espaço públicos, especialmente em relação aos passeios, pelos estabelecimentos comerciais, o que suscita a necessidade de revisão da legislação aplicável, notadamente o código de posturas.

Em termos rodoviários, citou-se o ponto de acesso ao CEFET, na BR-135, como fator negativo, suscitando a necessidade de construção de um trevo, por exemplo.

Sobre a operação do sistema de transporte, os pontos negativos citados foram alguns passeios que necessitam melhorias, ausência de meios de locomoção para pessoas portadoras de necessidades especiais e falta de sinalização vertical e horizontal.

O transporte público coletivo é realizado por ônibus coletivos e a rede de transporte coletivo vigente no município de Curvelo conta com linhas de intramunicipal e intermunicipal. O serviço de transporte intramunicipal é prestado pela empresa de transporte Viação Sertaneja LTDA (Figura 19). O transporte público municipal conta com 7 linhas de ônibus distintas.



FIGURA 19. ÔNIBUS DA VIAÇÃO SERTANEJA, USADO NO TRANSPORTE COLETIVO EM CURVELO.

Fonte: Moises Magno, 2016.

Todavia, não somente na reunião comunitária na sede municipal, mas também nos distritos, a qualidade do transporte público coletivo foi colocada como ponto negativo, sugerindo a revisão do contrato com a prestadora do serviço atual e a ampliação das linhas de ônibus, que foi reiteradamente mencionada. Como concessionária atual, a Viação Sertaneja foi criticada por seus horários, pelo

atendimento ao usuário, considerado péssimo, pela tarifa e pelos itinerários, inclusive pela ausência de adaptação da frota as exigências de acessibilidade. A periferia urbana é percebida como menos atendida pelo transporte público e o mesmo acontece com as áreas rurais.

O transporte público individual é realizado por táxi e atualmente o município possui 94 permissionários de taxi. Os veículos não possuem taxímetro e a tarifa não é regulamentada. Outro transporte individual existente no município são as motos-taxi. Atualmente Curvelo possui 86 permissionários devidamente cadastrados e registrados no departamento responsável pelo transporte e trânsito. Contudo não existem dados que permitam analisar a demanda, funcionalidade e eficiência desse transporte.

O transporte escolar é ofertado pela Prefeitura e, de acordo com o diagnóstico, o município possui 46 linhas de transporte escolar, sendo 16 linhas operadas pelo município e mais 25 terceirizadas.

A fiscalização do trânsito foi considerada ponto negativo. Há percepção de que uma ação mais planejada evitaria as infrações e melhoraria o trânsito no município, que possui locais onde recorrentemente não são respeitadas as leis de trânsito. Como exemplo, citam a Avenida Dr. Dalton Moreira Canabrava (antiga Av. Sarobá, nome alterado através da Lei Municipal nº 3.192/17) em frente ao Bar do Sarreja e outras vias, citadas como perigosas e propensas a acidentes, como a Rua Ione Mary de Melo Álvares e o entroncamento da Rua Dom Pedro II/Zuzu Angel. Tais locais, segundo os presentes, devem ser abordados com atenção no plano de mobilidade urbana, que, por sua vez, deverá mapear os principais pontos de conflito dentro da malha urbana, para mitigação destes conflitos. Ressalta-se que este mapeamento foi realizado no diagnóstico da leitura técnica, mas deverá ser revisto no plano supracitado.

No meio rural e nos distritos, tal qual se menciona no diagnóstico, existe carência de serviços de transporte, principalmente relacionado à de saúde. O transporte

coletivo na área rural é considerado ponto negativo, sendo insuficiente e de baixa qualidade. Como pontos negativos recorrentes, foram citados nas reuniões comunitárias ocorridas nos distritos, a falta de manutenção das vias públicas e do asfaltamento das áreas de expansão. Em geral, o transporte entre distrito e localidade é considerado precário e dispendioso. No Distrito de JK, as áreas lindeiras à rodovia são vistas como carentes de melhorias existindo uma preocupação com as muretas de proteção. Em Tomás Gonzaga a via que liga a rodovia ao distrito foi mencionada como ponto negativo, pois o asfaltamento seria importante para melhoria da mobilidade e acesso à sede municipal.

Curvelo possui uma localização estratégica para o desenvolvimento da logística urbana, por possuir o entroncamento de duas rodovias importantes. Nestas rodovias trafegam vários tipos de mercadorias para todas as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-oeste do Brasil. Outro ponto importante para o desenvolvimento é a presença de um aeroporto municipal, sendo recentemente o Governo do Estado, por meio da Codemig e da Setop iniciaram a implementação o Projeto de Integração Regional de Minas Gerais - Modal Aéreo (Pirma), respondendo às diretrizes estratégicas do plano de governo de levar ações de desenvolvimento econômico aos diversos territórios de Minas Gerais.

3.2.8 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E HABITAÇÃO

Antes do início da construção da análise sobre esta temática, que envolve dois temas indissociáveis, devem ser citadas importantes informações constantes no diagnóstico da leitura técnica, onde, como nas demais temáticas analisadas agora, houve menção sobre importância da dimensão territorial do município. Contando com 3.312,56 km² - uma extensão territorial considerável para um município - sua densidade demográfica, de 22,39 hab/km², é considerada baixa e há alta dispersão territorial.

No que tange à ocupação do solo, o município de Curvelo possui características comuns aos municípios do interior brasileiro, onde existe uma incidência de uma

ocupação urbana baseada no lote residencial, que originariamente guarda uma única habitação e cuja densidade de ocupação residencial, no decorrer do tempo, pode ser alterada pela subdivisão irregular do mesmo edifício e/ou a construção de novas edificações dentro do mesmo terreno/lote para abrigar uma nova célula familiar.

Além deste fenômeno que está ligado, muitas vezes, ao déficit habitacional e à informalidade, uma outra ação semelhante de ocupação e divisão dos lotes urbanos, tem ocorrido, e está relacionada à lei do Programa Minha Casa Minha Vida, que trouxe para o novo modelo do financiamento individual de unidades habitacionais para as classes de baixa e média rendas, associadas a uma fração de terreno menor que a encontrada originalmente na área urbana.

Segundo o que se apurou nas reuniões temáticas e nas discussões técnicas com servidores e as instituições que acompanham o andamento dos trabalhos e demais membros da sociedade curvelana, este é o principal desafio a ser equacionado em um processo de construção de uma lei de uso e ocupação do solo, que incidirá diretamente sobre a questão habitacional.

Conforme frisado no diagnóstico da leitura técnica, existe um precedente legal preocupante na temática em questão. Ele é relativo a ausência de parâmetros normativos adequados no plano Diretor aprovado em 2006. Ou seja, faltou regulamentar, em legislação específica, parâmetros urbanísticos atualizados para o uso e ocupação do solo que fossem compatíveis com as diretrizes daquele plano. Isso criou um problema grave, que necessita de ações urgentes, e foi ressaltado por todos nas audiências públicas relacionadas ao tema.

Nesse sentido, nas reuniões comunitárias relacionadas à temática **Uso e ocupação do solo e Habitação**, os pontos positivos mais apontados como indutores do desenvolvimento urbano foram a expansão do perímetro urbano através da legislação de 2003 e 2006. E projetos importantes com a implantação

do autódromo, possível através da operação urbana - instrumento do estatuto das Cidades, previsto no Plano Diretor de 2006.

A produção de novas unidades habitacionais acabou por obedecer a uma diretriz da política habitacional, prevista na elaboração do PLHIS – Plano Local de Habitação e a inserção de novos bairros no programa “minha casa minha vida”, apontado como positivo.

A defasagem do Código de Obras, o incômodo de algumas atividades impactantes em relação ao meio urbano, a presença de loteamentos sem a devida licença ou com urbanização precária e incompleta foram considerados pontos negativos desta temática. Há convergência na discussão ocorrida na sede sobre questões relacionadas ao diagnóstico técnico, quanto ao desmembramento ou desdobro de lotes na área urbana, como citado anteriormente.

Dentro desta abordagem, muitas sugestões foram dadas para revisão do lote mínimo, com permissão de que este seja reduzido em suas dimensões de forma a permitir moradias de interesse social. Existem propostas de elaboração de ampliação do uso misto na área central, coadunando para a revisão dos parâmetros de uso misto na região central.

Questões relacionadas a ausência de diversos parâmetros urbanísticos foram também lembrados e são de grande preocupação, sendo um ponto negativo citado por muitos. Foi recorrente o pedido de atenção para legislação que permita o desmembramento ou desdobro do lote mínimo permitido pela legislação atual. Este parece ser o ponto central da revisão da lei de uso do solo e que deverá ser enfrentado nas discussões durante a fase de proposições. A desatualização do cadastro multifinalitário com um levantamento fidedigno de lotes vagos e até mesmo do seu cadastramento, foi percebido como importante, tanto nas esferas técnicas como na audiência pública na sede municipal.

Existe o entendimento que as leis complementares ao Plano Diretor, pelo fato de que não foram revistas por ocasião do Plano Diretor em 2006, trazem transtornos ao município, sendo citadas várias transgressões que reforçam a percepção de irregularidade urbanística e demandam sua revisão imediata, notadamente a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras.

Questões como falta de parâmetros para altimetria das edificações também foram citadas como negativas e necessárias de serem resolvidas com urgência. Houve proposta de ampliação do perímetro de zona de expansão urbana até a rodovia que liga até Curvelo até Inimutaba e encontra o Autódromo, como forma de gerar novos empreendimentos, empregos, renda e impostos para o município. Nesta área, bem como próximo a Represa Retiro de Baixo, a sugestão foi dada para criação, a exemplo da operação urbana consorciada, de um zoneamento específico que reforce o potencial turístico e a geração de polos de desenvolvimento econômico.

A falta de fiscalização urbanística foi apontada como ponto negativo, sendo necessária para coibir abusos na abertura de loteamentos irregulares ou na expansão das atividades urbanas. Há percepção de uma desigualdade entre as demandas urbanas e os quadros funcionais e sua estrutura atual, também expresso no diagnóstico.

Um ponto relevante para ser reavaliado diz respeito ao perímetro urbano que, de acordo com o diagnóstico técnico, deverá ser revisado tomando por premissa o levantamento feito em campo e a consideração sobre as questões ambientais que perpassam as propostas elaboradas para o plano em 2006. Existem dois perímetros urbanos em discussão, sendo que o perímetro urbano utilizado pela prefeitura para seus estudos e demais trabalhos é o que consta na Lei Municipal 2.255/2003 e não aquele que consta na Lei do Plano Diretor de 2006. Este aspecto fragiliza a política urbana municipal. Desta forma, a revisão do plano diretor deverá se debruçar sobre sua adequação, gerando um mapa definitivo, subsidiado pelo conjunto legislativo municipal.

Existe uma percepção da existência de lotes vagos e edificações subutilizadas, muitos deles sem manutenção periódica, onde instrumentos de incentivo à sua ocupação podem ser avaliados, reduzindo, inclusive, o aspecto relacionado com a especulação imobiliária.

Outros pontos negativos foram problemas com a drenagem pluvial, falta do recadastramento imobiliário, ocupação em áreas de preservação (próximo a cursos d'água), abertura de loteamentos sem licença, que oneram muito o poder público e impactam em todo o município.

Na política de habitação, a regularização fundiária, com plano específico, foi citada como importante em todas as reuniões comunitárias, tanto nos distritos como na sede. Nesta, foram mencionados uma parte do bairro Jardim América e o loteamento Progresso, no bairro Bela Vista, entre outros, que, segundo a população, não conseguem o registro imobiliário.

O uso do solo está associado a questões de infraestrutura, como é o caso citado do problema com a drenagem pluvial no bairro Bela Vista, que, segundo os presentes, deve ser resolvido.

Na área rural, atenção especial se faz na definição de parâmetros para as centralidades propostas do Plano Diretor de 2006, ainda sem implantação. Nos distritos onde ocorreram as reuniões, foram citados como pontos negativos os chacreamentos clandestinos, lembrando que essas áreas foram objeto de menção no documento do diagnóstico técnico. Cita-se o exemplo da região de Cachoeira do Choro e a Represa Retiro de Baixo, que possui potencial para ecoturismo e lazer na região. Em Tomás Gonzaga, há reclamações de cobrança de IPTU indevida, uma vez que há trechos do distrito que não possuem características urbanas e outros fora do perímetro urbano, onde estariam sendo realizadas as tais cobranças.

A interface entre o uso do solo e meio ambiente é reafirmada neste caso, pois há crítica direta à construção nas beiras dos rios, ocupando as áreas verdes principalmente junto ao Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e seus afluentes.

Houve a sugestão de mapeamento de grotas e sua inclusão como área de proteção, uma vez que existe utilização destas áreas como depósito indevido de lixo e entulho e, mais uma vez, a fiscalização foi evocada, como em várias discussões sobre as temáticas, na sede municipal e nos distritos.

3.2.9 NORMAS E LEIS

As discussões sobre esta temática foram realizadas analisando-se o ordenamento jurídico-normativo municipal, que regula os principais instrumentos urbanísticos que fazem parte da realidade do arcabouço legal vigente no Município de Curvelo.

Curvelo, como foi percebido através dos estudos e das discussões realizadas no âmbito das reuniões técnicas e comunitárias, possui uma legislação defasada, que não atende aos interesses da população e do poder municipal, de prover ao município um desenvolvimento sustentável.

O município possui 2 (dois) Planos Diretores aprovados, o Plano Diretor Estratégico, por meio da Lei Complementar nº 57, de 10/10/2006 (“Plano Diretor Estratégico”), e o Plano Diretor Participativo e Integrado do Território Municipal/Área Rural, por meio da Lei Complementar nº 71, de 08/10/2010 (“Plano Diretor Participativo”). Da redação da Lei Complementar nº 71/2010, compreende-se que, ao promulgar o Plano Diretor Participativo e Integrado, a municipalidade pretendeu incluir expressamente as áreas rurais no planejamento do desenvolvimento municipal, vez que objetivou a complementação do Plano Diretor Estratégico.

Dentre as questões discutidas na temática de normas e leis, foi citado como ponto positivo a iniciativa de revisar as leis que remetem à questão ambiental. A “lei do silêncio” foi mencionada como alvo de revisão, bem como a necessidade de leis que regulamentam o funcionamento dos bares e restaurantes.

Em termos sociais, há uma discussão sobre a cobrança de taxas de resíduos e cobrança sobre atividades filantrópicas. Houve menção à inconstitucionalidade de leis que regulamentam o funcionamento de postos de combustíveis no município.

Leis que estimulam algumas políticas de desenvolvimento social com a lei do primeiro emprego, são bastante questionadas, pois existe a percepção de que não são aplicadas. Existe uma preocupação para que jovens tenham postos de trabalho garantido por políticas públicas, já que o trabalho é necessário e há dificuldade de acesso a estes postos.

Segundo partícipes das audiências, a revisão da concessão de transporte no município e a revisão da oferta dos serviços de taxi, ônibus é importante.

O código tributário e a agilidade na prestação e serviços por parte da prefeitura foram questionadas, sendo cobrada também mais agilidade em análises e decisões do setor jurídico. A maior transparência dos gastos públicos e o orçamento participativo foram sugestões para a administração pública.

Em termos de interface com o meio ambiente, foi citada a ausência de fiscalização nas áreas de preservação ambiental, com sugestão de fiscalizar outras áreas de APP e a transformação de lago existente no Santa Maria (Rua Oscar Araújo) e seu entorno, em parque municipal, a fim de preservá-lo como está hoje.

No distrito de JK, a ampliação da área de expansão urbana foi mencionada, assim como a regularização fundiária e a criação de uma estrutura de

subprefeitura. Há percepção de que a prefeitura deve desburocratizar seus procedimentos e aumentar a fiscalização.

A comunicação entre prefeitura e a população dos distritos foi considerada como ponto negativo, principalmente para ouvir queixas e sugestões. Nesse sentido, foi sugerido, como forma de melhorar a atuação da prefeitura, a criação de um departamento para análise e regulamentação de documentos, e um canal de comunicação com a população, com prazos definidos em lei para respostas às demandas e resolução de problemas críticos das comunidades.

Diante do exposto, explicitamos abaixo, de forma sistemática, os principais problemas e recomendações atinentes ao ordenamento jurídico do município de Curvelo, apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2 - ANÁLISE INTEGRADA DO ORDENAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO DE CURVELO.

Assunto	Problema	Recomendação
Plano Diretor	Promulgação de 2 (dois) Planos Diretores, o Plano Diretor Estratégico (Lei Complementar nº 57/2006) e Plano Diretor Participativo e Integrado do Território Municipal/Área Rural (Lei Complementar nº 71/2010)	Unificação dos dois Planos Diretores em uma única Lei Complementar.
Parcelamento, Edificação e Utilização compulsórios	Ausência de lei específica para a matéria no Município, conforme determina o <i>caput</i> do artigo 5º do Estatuto da Cidade, inclusive para que se estabeleçam as alíquotas de IPTU aplicáveis, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 7º do mesmo diploma.	Criação de lei que regulamente a matéria.

Assunto	Problema	Recomendação
Direito de Preempção	Ausência de lei específica para delimitação das áreas nas quais poderá ser exercido o Direito de Preempção bem como para enquadrá-las em uma ou mais finalidades previstas no artigo 26 do Estatuto da Cidade.	Criação de lei que regulamente a matéria.
Outorga Onerosa do Direito de Construir	Ausência de lei específica que trate das alterações do uso do solo e determine a fórmula de cálculo para a cobrança, os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga e a contrapartida do beneficiário, conforme ditames do artigo 30 do Estatuto da Cidade.	Criação de lei que regulamente a matéria.
Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)	Ausência de legislação no Município que enumere os empreendimentos e atividades sujeitos ao EIV em atendimento ao artigo 36 do Estatuto da Cidade.	Criação de lei que regulamente a matéria.
Parcelamento	Ausência de lei que regulamente o parcelamento.	Criação de lei que regulamente a matéria.
Lei de Uso e Ocupação do Solo	Ausência da referida lei.	Criação de lei de Uso e Ocupação do Solo.
Plano Diretor	Ausência de exposição circunstanciada das condições econômicas, financeiras, sociais, culturais e administrativas do Município, conforme artigo 194, inciso I da Lei Orgânica do Município	Quando da revisão do Plano Diretor, fazer constar a referida disposição.

Assunto	Problema	Recomendação
Programa “Minha Casa, Minha Vida”	Isenção de IPTU para imóveis adquiridos por meio do Programa durante a vigência dos Contratos de Financiamento, o que prejudica a obtenção de receitas no Município.	Retirar da Lei Complementar nº 70 a isenção de IPTU aos referidos imóveis.
Programa “Minha Casa, Minha Vida”	Ausência de decreto que estipule as diretrizes do Programa.	Criação do decreto que estipule as diretrizes do Programa.
Política Rural	Ausência de criação do Conselho Municipal de Política Agrícola, consoante disposições dos artigos 263 a 266 da Lei Orgânica do Município.	Criação do Conselho por meio de lei.
Código de Obras	Todos os artigos.	Revisão geral da lei.
Código de Posturas	Todos os artigos.	Revisão geral da lei.
Código Ambiental	Adequar à Legislação Estadual e Federal	Revisão geral

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições coletadas pela leitura comunitária se transformam em um ponto de partida para a realização das oficinas de proposição. Elas se separam em sugestões de cunho geral que apontam para a construção de políticas públicas e outras são bem específicas, apontando para um foco no cotidiano e no concreto. Existem aquelas que desdobram os efeitos da política pública ou até da revisão de leis, assim como aquelas sugestões que apontam para alteração da estrutura de implantação da política pública no município, caso que ficou evidente, nas temáticas de segurança pública e meio ambiente.

Na próxima etapa, far-se-á a elaboração de um leque de ações que revisarão o arcabouço legal, o quadro institucional e apontará para a supressão ou adição de políticas públicas não implantadas, que por sua vez, pode desenhar como produtos, novos programas e projetos. Estas ações repercutirão diretamente na produção de novas leis e até na alocação de recursos existentes no município, que façam jus ao montante de ações que deverão ser implantadas para aperfeiçoar o plano diretor de 2006, revisado oportunamente, neste momento.

Vale ressaltar, de forma resumida, que a próxima etapa deverá enfatizar algumas sugestões recorrentes no processo de discussão do diagnóstico, tais como a solução de problemas de uso e ocupação do solo, a revisão do perímetro urbano, sendo que, a problemática ambiental e a econômica perpassam as principais propostas.

Outro ponto importante de toda a discussão foi a extensão territorial do município e a dispersão dos distritos e localidades, que influenciam diretamente na comunicação da população com os órgãos da prefeitura e no acesso aos serviços providos pela municipalidade.

Nesse sentido, é necessário bastante atenção sobre a temática da mobilidade e a estreita correlação entre a qualidade e o atendimento aos usuários de transporte público no município. As questões de lazer, cultura e turismo convergem para uma percepção local que novas vocações econômicas e oportunidades possam surgir e que estas demandam um maior preparo institucional para lidar com o tema. O diagnóstico aponta para o importante desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio, pouco mencionada pelos participantes.

Apesar de sua importância, pouca menção se fez à política de assistência social, hoje bastante presente, com forte atuação no município e que deve ser avaliada em função do recente painel sócio econômico municipal. A temática educação foi vista como um dos pontos fortes do município, com poucos pontos fracos

citados pelos munícipes. A questão da saúde, apesar de ter reconhecida qualidade no atendimento, torna-se preocupante para a população, pela frequência de atendimento nos distritos, falta de alguns medicamentos e a distância e preço das passagens de ônibus até a sede municipal.

Existe a necessidade de melhor detalhamento das atividades econômicas consideradas vocacionadas no município e até o estudo de novas propostas, como a questão da geração de energia limpa e da expansão planejada do município. Em termos estruturais, valeria maior aprofundamento na estrutura administrativa para avaliar como o município pode se preparar para absorver uma estrutura administrativa que contemple alguma descentralização de serviços para os distritos. Além disso, há que se atentar para as demandas crescentes por aumento da estrutura dos setores de fiscalização e controle urbano, principalmente nas áreas de relevância ambiental, urbanística e sobre o tráfego viário, posturas, como um todo.

As sugestões para o lazer e o turismo são tímidas e dão ênfase ao turismo de eventos. No entanto, ficou evidente a maior necessidade de ampliar as atividades econômicas, as políticas voltadas para o produtor rural e atratividade de indústrias limpas.

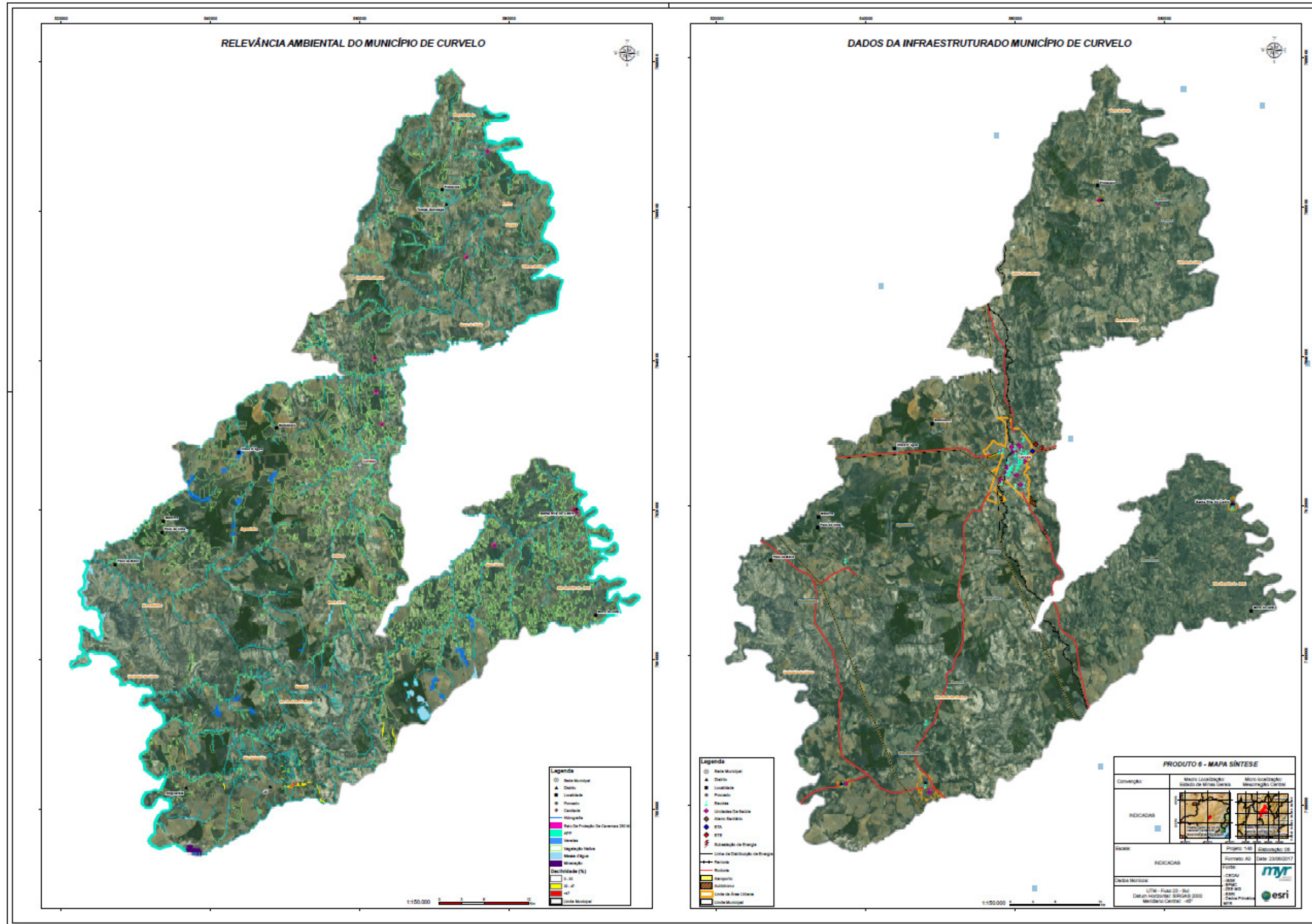


FIGURA 20. MAPA SÍNTESE DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CURVELO
Fonte: MYR Projetos, 2017.

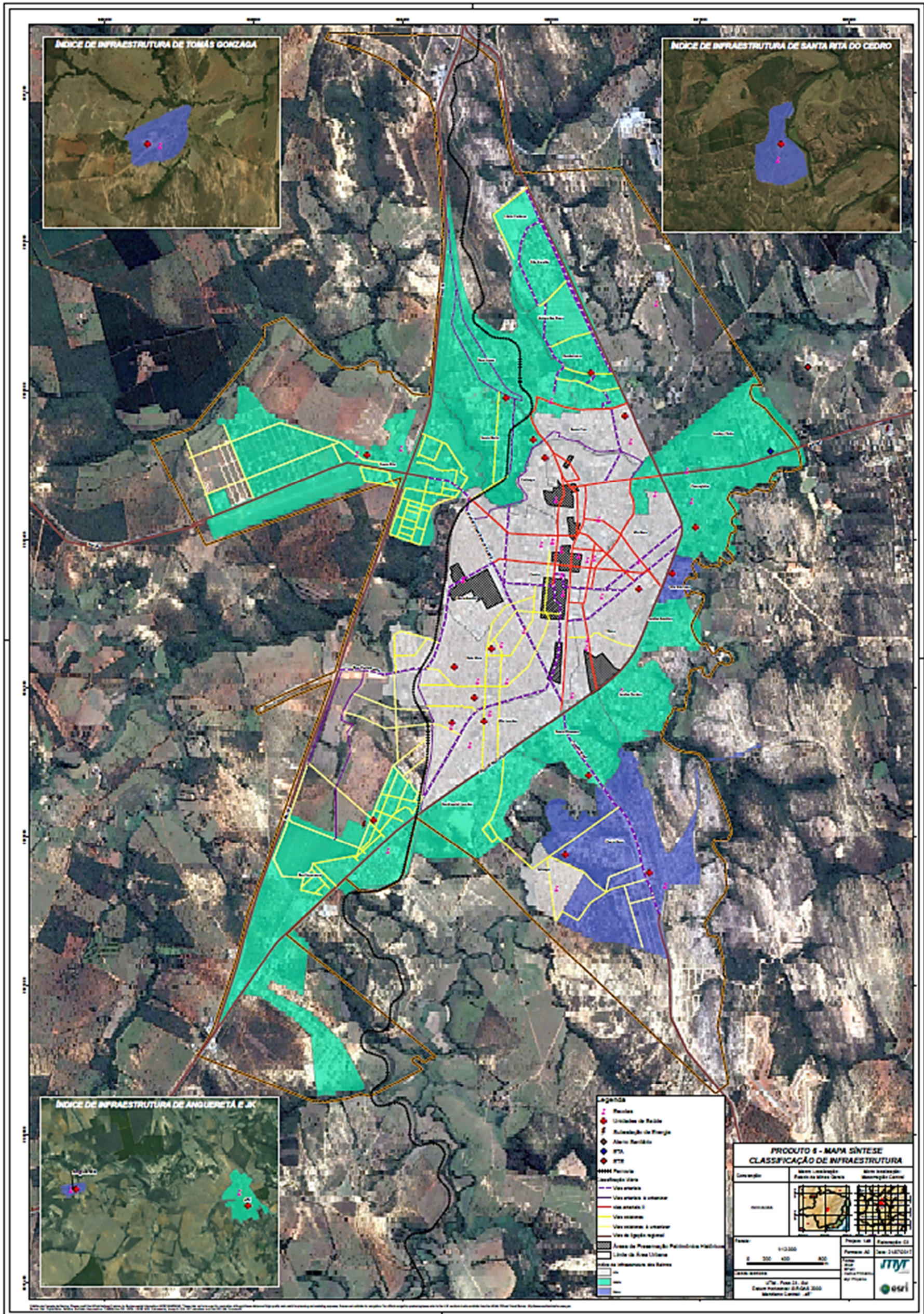


FIGURA 21. MAPA SÍNTESE DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CURVELO.
Fonte: MYR Projetos, 2017.

O diagnóstico desdobra esta atividade em novas possibilidades, inclusive enfatizando a intersectorialidade da atividade, o que deve ser avaliado na etapa de proposição. Acredita-se que haverá discussões em torno da proposição de alargamento do perímetro urbano e sobre os rumos do crescimento de Curvelo, onde será necessário verificar junto à população e ao poder público, um detalhamento melhor das propostas.